

## ATA DEGRAVADA DA 176ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2013, às nove horas, no plenário do Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS realizou-se a centésima septuagésima sexta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Luzia de Almeida Dias – CMAS/Gouveia, Júlio César de O. Brum – IMSNS, Henedina Dias Fernandes – CMAS/Japaraíba, Márcio Caldeira – ASSPROM, Andréa Medrado – SEDESE, Marcelo Armando – CRESS, Guilhermina Torga – SEF, Marcos Vinícius Dias Nunes – FETAEMG, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB, M<sup>a</sup> Juanita G. Pimenta – SEDESE, Edir Petrucelli – SEE, Ana Paula Simões Hilário – CMAS/BH, Luiz George M. da Trindade – CMAS/Lagoa Santa; conselheiros suplentes: Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, M<sup>a</sup> Albanita Roberta de Lima – SEDESE, João Ademar Specht – AJEAS, Anália M<sup>a</sup> Ferreira - COGEMAS, Clodoália Nobre Barbosa – SEPLAG, M<sup>a</sup> de Lourdes Damasceno – SEAPA, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; os convidados: Edma Marinho – SEDESE, Fernanda – SEDESE, Rita de Cássio Santana – CMAS/Salinas, Amanda B. Pires – AMAJE, Leticia Godinho, Nívia Soares da Silva – PBH, Alcione Gonçalves Manso – CMAS/Nova Lima, Elaine P. Clemente – SINTIBREF, Bárbara Paiva – Universidade FUMEC, Rafaela Serto – Universidade FUMEC, Soraya Helena Sales – Secretaria de Ação Social/Nova Lima; e o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Senhor Cássio Soares; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Elizabeth, Maria Paula, Nilce Araújo. O presidente inicia a plenária: Mais uma vez é um prazer ver a mesa deste colegiado repleta de conselheiros. Nós estamos hoje fazendo a abertura dessa nossa 176ª Plenária Ordinária e para nós é de uma importância fundamental. Como todas as outras trazem pontos importantes para nossa pauta, mas hoje excepcionalmente agente tem um final de mandato da mesa diretora, e agente tem mesa diretora empenhada neste conselho. E além desse encerramento agente tem depois um momento em que agente vai fazer articulação entre a sociedade civil e os conselheiros governamentais para que agente possa extrair a nova mesa diretora. E como se trata especificamente dessa questão, nos fizemos questão de convidar nosso querido secretário de estado e deputado, que está aqui conosco, é um prazer tê-lo conosco Cássio, e, além disso, agente tem um peso pesado hoje porque agente está com as nossas duas subsecretárias de estado também, que também são conselheiras desse colegiado. Sejam todos bem vindos. Queria cumprimentar o corpo de assessoria da SEDESE que está conosco, a nossa subsecretaria e conselheira convidada para esse evento também e as demais pessoas que se encontram no plenário. Todos têm a nossa pauta, e na letra “A” agente tem a abertura e a deliberação sobre as atas que todos receberam de forma eletrônica que é a centésima octagesima e a centésima octagesima primeira plenária ordinária. E aí eu pergunto aos conselheiros se tem alguma contribuição pós-leitura, ratificação, se não nós vamos ratificá-la e aprovar. Conselheiros podem se inscrever Marcelo já se inscreveu

38 para ratificação. MARCELO - Bom dia, conselheiros, conselheiras, senhor secretário. Senhor  
39 presidente, na leitura que eu fiz, exceto a centésima septuagésima primeira ata da plenária, eu  
40 constatei que tem muitos dizeres que estão com pontinhos, entre parênteses aplausos e aí eu já fiz  
41 essa solicitação na condição de secretário, já fiz essa solicitação à secretária executiva, que já  
42 conversou com a empresa que está fazendo a degravação para ajustar os termos da ata para que  
43 ela possa ser mais clara no que diz respeito às discussões que são colocadas aqui porque está  
44 muito confuso a forma como que ela foi posta, da forma degradada, nas condições que esta  
45 empresa nova que esta fazendo os trabalhos. Então considerando estas dificuldades de  
46 compreensão nós já ligamos para a empresa e a empresa já se colocou à disposição de regularizar  
47 todas essas situações. GERALDO - Ok. A empresa contratada, na tentativa de fazer a degravação  
48 das atas que agente sabe que é uma dificuldade e da um trabalho muito grande pra isso acontecer,  
49 mas é óbvio que tenha isso na degravação, às vezes o pessoal técnico copia as vírgulas, agente  
50 às vezes fala uma palavra, põe um pouquinho aí põe um pouquinho também. Então tem algumas  
51 correções que agente vai precisar fazer mesmo, mas isso ai agente vai tomar providência Marcelo.  
52 Obrigado pela contribuição. Tem mais alguma outra dos conselheiros? Não? Então, por favor, nós  
53 consideramos aprovadas, com esse (retalho do Marcelo), as duas atas já mencionadas. O ponto  
54 seguinte é a justificativa de ausência que nós temos aqui o conselheiro Mauro Alves da  
55 ACONEQUISTAC, que a trabalho, é titular deste conselho, está a trabalho, não poderá estar  
56 conosco nessa plenária. O José Fernando que deixou de ser conselheiro que representava o  
57 município no Conselho Municipal de Assistência Social no município de Cataguases. O André Luís,  
58 conselheiro André Luís que representa o Conselho Municipal de Assistência Social de Ituiutaba que  
59 se encontra a trabalho, sendo esse colegiado na qualidade de suplente, e Adriana Rocha que é  
60 titular, representa a SEAPA e que encontra-se em gozo de férias. Está em mão de cada um, tem a  
61 apreciação da pauta e seus informes. Eu vou aproveitar que já estou com a palavra e quero  
62 apresentar pra vocês e ao mesmo tempo solicitar que agente deixe os pontos de informes para um  
63 pimeiro momento. Para que agente possa aproveitar o máximo possível à presença do secretário  
64 de Estado aqui conosco. Agente sabe que a pauta dele é extensa, e então gostaria de sugerir que  
65 deixássemos o informe para parte da tarde. Tem alguma outra sugestão sobre a pauta? Alguem  
66 tem alguma inclusão para pauta? Coordenação? Não? Pode ser assim? Pode considerar?  
67 Aprovado? Ok? O ponto seguinte é que nós temos aqui 4 conselheiros que se somam a esse  
68 colegiado e esses conselheiros que se somam, como é de praxe, de regimento interno, precisam  
69 tomar posse desse Conselho Estadual de Assistência Social. E nessa condição eu quero aproveitar  
70 que estamos na presença do nosso Secretário de Estado e solicitar secretário que Vossa  
71 excelência possa dar posse a esses conselheiros que vieram para se somar ao colegiado e eu  
72 iniciaria dizendo que nós temos a grata satisfação em estar convosco aqui, e retomando a este  
73 colegiado nossa querida Maria Juanita Godinho Pimenta, que representa o nosso gestor que e a  
74 secretaria da qual o senhor representa e a secretária de estado, e ela que tem uma caminhada

75 histórica já conhecida por muitos desse colegiado como presidente e vice-presidente. E um prazer  
76 para nós enquanto colegiado Estadual ter um subsecretário de estado que se soma a outro que já  
77 está neste colegiado e isso fortalece com toda certeza o controle social do Estado de Minas Gerais.  
78 Isso na nossa visão é ótimo, não só pelo peso que tem do cargo que ocupam, mas também pelo  
79 peso que dá este colegiado que acaba irradiando para todo país. Minas Gerais já teve o privilégio  
80 de ser modelo para vários outros estados e isso é muito importante. Eu passo a Vossa Excelência  
81 então, são esses quatro conselheiros. SECRETÁRIO SR. CÁSSIO SOARES - Considerado a  
82 presença deste colegiado, Maria Juanita Goudinho Pimenta, representante da Secretaria do  
83 Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais. Considerando a presença de Luzia de  
84 Almeida Dias do CMAS de Gouveia e considerando a presença de Clodoália Nobre Barbosa,  
85 representante da SEPLAG, consedero-os impossados como novos membros do Conselho Estadual  
86 de Assistência Social de Minas Gerais. GERALDO - Obrigado Secretário. É um prazer muito  
87 grande. Obviamente vocês vão ter um kit que vai recepcioná-los nessa condição de conselheiros e  
88 vão tomar conhecimento desta nobre função que terão a partir de então. E mais do que isso vão  
89 também conhecer as várias tarefas que fazem parte, e que são inerentes da função de  
90 conselheiros. Não fique triste, por favor, a missão é árdua, mas é muito nobre. Como eu disse  
91 antes passamos o ponto de pauta de informe para o segundo momentos e neste momento agora  
92 têm outro ponto a ser deliberado que é a eleição da mesa diretora. E aí nosso diretor e secretário  
93 Marcelo, e vou solicitar que ele faça a leitura da parte do regimento externo que diz respeito à  
94 eleição da mesa diretora para que os conselheiros possam tomar conhecimento de como se  
95 procede esta questão. MARCELO - O processo de escolha da mesa diretora está no artigo 19 do  
96 nosso regimento e ele diz o seguinte: Art.19. O processo de escolha da Mesa Diretora dar-se-á: I –  
97 não ocorrendo a recondução, serão escolhidos de forma atrelada, presidente com 1º secretário e  
98 vice-presidente com 2º secretário, e dentro de cada segmento os ocupantes dos cargos, que serão  
99 submetidos à aprovação da plenária. II – havendo manifestação de recondução coletiva da Mesa,  
100 apresentar-se-á a proposta à plenária para deliberação. III – caso a plenária delibere  
101 contrariamente nos incisos I e II, far-se-á a escolha de nova mesa diretora. IV – a alternância,  
102 governo/sociedade civil, dentro da Mesa se dará pelos pares previstos no inciso I e ao final do  
103 primeiro ano de mandato, na hipótese de ser pleiteada a recondução. Senhor Presidente,  
104 considerando que esta mesa já esteve por dois mandatos, parte desses incisos não dizem respeito.  
105 GERALDO - Algum questionamento? Algum impedimento? Eu gostaria de sugerir a todos os  
106 conselheiros que pudéssemos dar um tempo de quinze minutos para podermos dar uma articulada,  
107 uma conversada, separadamente, os conselheiros governamentais, os conselheiros da sociedade  
108 civil e agente retornar ao plenário neste tempo com os nomes indicativos para compor a nova  
109 mesa. Posse ser? Ok? Então os conselheiros governamentais ficam, continuam no plenário e os  
110 conselheiros da Sociedade Civil eu gostaria que me acompanhassem até a outra sala. Pessoal  
111 daqui eu vou desejar bom dia as outras pessoas que chegaram após o início da Plenária, que

112 sejam todos bem vindos e bem vindas. Ana Rita, nossa companheira lá do Vale. GERALDO - A  
113 Sociedade Civil, por unanimidade, pós-compreensão da importância que tem as funções de cada  
114 um dos cargos, como a mesa diretora é ampliada, já existe um ritual de quando a presidência e a  
115 primeira secretaria é da Sociedade Civil, a segunda secretaria e a vice é da Sociedade Civil. Agora  
116 existe a inversão, os conselheiros governamentais e a sua presidência, e a primeira secretaria, e a  
117 Sociedade Civil fica com a vice-presidência e a segunda secretaria. E assim sendo, a Sociedade  
118 Civil por unanimidade indica para estar na mesa diretora a conselheira Cristiane como vice-  
119 presidente deste colegiado, e o conselheiro Marcelo como segundo secretário da mesa diretora.  
120 Assim sendo, também houve uma reconversação entre as partes e ficou acordado que assim que  
121 esta mesa for empossada, as comissões se reunirão, aqueles por característica, por aptidão ou por  
122 prazer, todos precisam estar no mínimo em uma comissão, é importante que a comissão tenha  
123 uma qualidade porque agente soma o conteúdo que cada um carrega, a caminhada, a experiência,  
124 de cada um das suas pastas para que se some às comissões. Eu sei que as comissões estão aí  
125 então vamos eleger seus coordenadores. Existiu a alternância dessas comissões também de forma  
126 concordada, e a Sociedade Civil nesta gestão que se encerra hoje estava com a comissão de  
127 Política através do Conselheiro Volney e com a Comissão de Orçamento do Fundo através da  
128 conselheira Cristiane. E os conselheiros governamentais estavam com a comissão de apoio do  
129 conselho através da Conselheira Gilvânia e a comissão de normas através da conselheira Ana  
130 Paula. E agora existe a inversão. Eu passo então à nossa querida subsecretária Juanita que é a  
131 porta voz do Governo. M<sup>a</sup> JUANITA - Eu gostaria de comunicar que o governo pelo qual eu fui  
132 indicada para ser presidente pelo nosso secretário, o Deputado Cássio, e não houve nenhum  
133 impedimento com relação aos membros que representam o governo aqui e também o primeiro  
134 secretário já foi tirado. Nós acordamos também Geraldo, eu falei das comissões, e nós vamos  
135 decidir quem vai coordenar as comissões mais tarde pra não tomarmos um tempo maior. O  
136 primeiro secretário é Campo Belo, Anália. Ok? (Aplausos). GERALDO - Sejam bem-vindos os  
137 novos conselheiros, que assumam o novo cargo com responsabilidade maior nessa mesa diretora.  
138 Eu quero aproveitar a oportunidade de ter conosco fortalecendo este colegiado no que diz respeito  
139 ao controle social, o modo presença das nossas duas conselheiras subsecretaria de estado  
140 Roberta Albanita e Juanita e também com o secretário de estado, o deputado Cássio, é um prazer  
141 muito grande, e o nosso querido adjunto. Sendo assim deputado, secretário de estado, vou pedir  
142 para empossar a nova mesa diretora e assim aproveitar a oportunidade. SECRETÁRIO SR.  
143 CÁSSIO SOARES - Considero empossado, mais do que legítimo com a presença maciça de todos,  
144 praticamente todos os membros, ou de pelo menos sua grande maioria do Conselho Estadual de  
145 Assistência Social, e aproveito presidente, se me permite para cumprimentar Maria Juanita  
146 Goudinho Pimenta que teve a nossa confiança de representar o governo que dá uma importância  
147 considerável ao Conselho Estadual de Assistência Social, fato é que estou indicando nosso  
148 subsecretário para estar aqui à frente, representando à parte governamental a presidência.

149 Comprimeto ainda o senhor caro presidente Geraldo Gonçalves de Oliveira pelo bom trabalho que  
150 realizou neste mandato, este mandato que praticamente coincidiu com a minha chegada na  
151 SEDESE no dia 09 de fevereiro do ano passado eu assumia a SEDESE, estive aqui em uma das  
152 primeiras reuniões daquele ano, e tivemos uma relação muito saudável, muito eficiente e que  
153 certamente será continuada, enquanto estivermos nessa relação, eu como secretário, vocês no  
154 conselho. Quero cumprimentar também Marcelo Armando Rodrigues, representando o Conselho  
155 Regional de Serviço Social de Minas Gerais, cumprimentar o Juliano Fizicaro, que também se  
156 mostrou bastante atuante, o meu secretário adjunto nosso parceiro e que está sempre em contato  
157 com os senhores, principalmente em projetos de fundamental importância para o estado de Minas  
158 Gerais que estava pendente de solução há alguns anos, que foi o projeto de Candonga, polêmico,  
159 difícil, árduo, mas que o conselho estadual se mostrou bastante sensível e responsável ao dar  
160 solução para que o problema de Candonga fosse superado também, dentre tantos outros que no  
161 dia-a-dia as atividades intrínsecas ao conselho são resolvidas e são desengrelhadas pelo conselho  
162 estadual. Quero também cumprimentar Maria Roberta Albanita, subsecretária de Projetos  
163 Especiais da SEDESE, além de que quero cumprimentar os conselheiros governamentais, enfim,  
164 conselheiros da sociedade civil que foram esse conselho, todo nosso respeito e admiração pela  
165 luta, pela causa, e eu quero fazer uma menção muito especial a uma pessoa que contribuiu para o  
166 bom andamento do conselho estadual de assistência social e também para a SEDESE. Quero  
167 cumprimentar de forma especial a Nívia que foi subsecretária da SEDESE, que muito contribuiu e  
168 que tenho certeza que continuará contribuindo para a assistência social e desenvolvimento social  
169 do nosso Estado, para a Prefeitura de Belo Horizonte onde ela está emprestando os seus serviços  
170 e seu conhecimento como poucos, para a Prefeitura de Belo Horizonte. Consolação, nossa  
171 secretária executiva também cumprimentar em seu nome também todos os demais funcionários e  
172 servidores do conselho. Geraldo se me permite eu queria ressaltar que nós estamos aqui com o  
173 primeiro time da SEDESE presente, secretário, secretária adjunta, duas subsecretárias, está  
174 faltando a Carmem Rocha que é nossa subsecretária de direitos humanos que está em atividades  
175 também, mas essa é a forma de demonstrar a importância que damos e a consideração que temos  
176 com o conselho estadual de assistência social. Quero dizer que o governador Anastasia, sempre  
177 que temos a possibilidade de despachar trabalhos ele nos recomenda dar toda a condição para  
178 que os conselhos estaduais vinculados à SEDESE possam desempenhar o seu melhor trabalho;  
179 em todos os sentidos. No sentido da sua liberdade, da sua forma, e no sentido também de sua  
180 estrutura física. Dentro deste quesito de estrutura física, eu quero antecipar presidente Geraldo que  
181 estaremos inaugurando no dia 20 de fevereiro a Casa de Direitos Humanos que é no Edifício  
182 Lutétia que fica na rua São Paulo com Amazonas, e que será a nova casa do Conselho Estadual  
183 de Assistência Social; com uma estrutura completamente adequada, confortável e eficiente. Com  
184 espaço para as plenárias muito mais confortável do que o conselho estadual tem hoje. No dia 20  
185 de fevereiro, eu já faço um convite, na presença de cada um dos senhores, para que estejam

186 presentes, com a presença do governador Anastasia, que tem dado muita importância à causa dos  
187 direitos humanos que abrigará quase todos os conselhos, acho que todos os conselhos vinculados  
188 à secretaria de desenvolvimento social. Então, sendo assim, devolvo a palavra meu caro Geraldo,  
189 e digo que estaremos sempre presentes, ou comigo, com Juliano, com a Juanita ou com a Roberta,  
190 enfim e sempre de portas abertas também na SEDESE para acolher qualquer demanda do  
191 Conselho Estadual de Assistência Social. Parabéns aos empossados e aos eleitos nessa manhã  
192 de hoje, que Deus dê muita luz e sabedoria para que vocês conduzam esse próximo ano, com esse  
193 mandato de forma brilhante. Muito Obrigado pessoal! GERALDO - Secretário, eu quero parabenizá-  
194 lo pelas palavras, muito mais porque elas não só verbalizam seus sentimentos, mas que ela retrata  
195 a realidade desta tratativa da secretaria de estado com este colegiado. Não temos nenhuma dúvida  
196 de que sempre houve da sua parte e com toda certeza na sua ausência, e mesmo na sua presença  
197 contando sempre com o Juliano. Juliano tem essa trajetória, conhece bastante, sabe a importância  
198 que é fundamental e tudo andou de uma forma que eu diria, trazendo uma musculatura maior para  
199 este colegiado. Eu quero aproveitar este momento e dizer aos senhores que, este colegiado como  
200 um todo, este conselho se sentiu muito a vontade, se sentiu melhor qualificado, este conselho se  
201 sentiu mais integrado, porque foi um conselho eleito dentro de uma conferência estadual, e para,  
202 além disso, nós tivemos sempre o apoio da secretaria de estado. Nosso ex-secretário de estado,  
203 ao qual você o sucedeu, deputado Wander Borges, na conferência ele deixou claro a todos  
204 participantes da conferência, quase mil pessoas que o governador do estado Antônio Anastasia,  
205 manteria a sociedade civil a presidência deste colegiado, através da minha pessoa. Então desde  
206 sempre foi uma credibilização muito grande para o colegiado e principalmente para a sociedade  
207 civil. Isso torna tudo mais harmônico, para que tenhamos todos nós a compreensão de que estar  
208 conselheiro independe de ser governo ou sociedade civil. Sentou a esta mesa nós temos que estar  
209 em defesa de um conselho como um humano. E assim sendo, em reconhecimento a esta tratativa  
210 do governo, meu caro deputado e secretário de estado, eu gostaria de prestar-lhe a homenagem e  
211 peço à Consolação que me apoie aqui, eu faço questão de antes de passar ao senhor, fazer a  
212 leitura: o Conselho social de assistência social de Minas Gerais, ao Deputado Cássio Soares,  
213 homenagem a Vossa Excelência pelo apoio, confiança e respeito, que os gestores e o corpo  
214 técnico da secretaria de estado de desenvolvimento social dedicaram a este conselho, contribuindo  
215 para os elevados resultados obtidos e o fortalecimento do controle social de Minas Gerais, e na  
216 implementação e efetivação do sistema único de assistência social em Minas Gerais. Com  
217 agradecimento, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, presidente do conselho estadual. Belo  
218 Horizonte, janeiro de 2013. Eu não poderia cometer injúria contra as mulheres, e sempre fui a favor  
219 da igualdade de oportunidades e igualdade de direitos; nós temos um programa dentro da nossa  
220 entidade de combate à violência contra a mulher e assim sendo nós buscamos também essa  
221 igualdade. É muito bom termos agora uma Presidenta neste conselho mais uma vez, eu não  
222 deixaria de homenagear jamais uma pessoa que tem uma trajetória dentro de Secretaria de

223 Estado, um conhecimento técnico e uma competência invejável. Uma pessoa com competência  
224 técnica e uma trajetória com muita ética, princípio de retidão e moral como você minha querida  
225 Juanita. Foi um prazer muito grande estar com você no conselho, ter me qualificado mais com seus  
226 ensinamentos, e tenho plena convicção que este colegiado estará muito bem representado na sua  
227 pessoa, eu trago a você durante minha gestão uma homenagem de quando esteve comigo na  
228 mesa diretora na qualidade de vice-presidente. E não é para homem agora, para deputado e  
229 secretário de estado, é para você Juanita. Eu faço questão de fazer a leitura também. Uma  
230 homenagem á Vossa excelência pela brilhante participação na mesa diretora deste conselho,  
231 contribuindo para os elevados resultados obtidos e o fortalecimento do controle social de Minas  
232 Gerais na implementação e efetivação do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais,  
233 deseje-lhe sucesso nos cargos de subsecretária de Assistência Social da Secretaria e presidenta  
234 do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Meu agradecimento. Eu gostaria  
235 também de deixar registrado aqui, secretário, um companheiro nosso conselheiro que traz em uma  
236 trajetória também muito grande, dentro dos espaços institucionais chamados conselhos. Na esfera  
237 municipal, estadual e nacional, e foi presidente deste colegiado, por isso eu tenho certeza que este  
238 colegiado, esta mesa diretora vai fortalecer cada vez mais e elevar o nome de Minas Gerais para o  
239 país inteiro, temos a presença na mesa diretora de Marcelo Armani, não poderia Marcelo de deixar  
240 de homenageá-lo também com uma placa durante a minha gestão e enquanto mesa diretora. A  
241 nossa querida Tánite não pode estar presente então faremos a entrega a ela posterior, mas  
242 também reconhecemos a qualidade e a qualificação que ela desempenhou na função da mesa  
243 diretora enquanto representante governamental. Mas nós temos uma companheira que tem dado  
244 muito à este estado, e a região do Norte de Minas acha que jé é proprietária dela. É a conselheira  
245 Cristiane que agora assume a vice-presidência deste conselho, eu não poderia jamais esquecer-la.  
246 Nós temos um conselheiro aqui que embora a pouco tempo neste Conselho Estadual, mas tem  
247 representação de peso, que faz a representação dos psicólogos. Nós temos a companheira  
248 psicóloga que veio do Vale do Jequitinhonha para estar conosco esta manhã: Rita, companheira de  
249 grande jornada, que está conosco fazendo representação no Jequitinhonha. Muito obrigada pela  
250 participação que você teve na mesa diretora enquanto coordenadora da comissão de política  
251 pública. Eu tive o desempenho de outra companheira conselheira que teve uma caminhada  
252 histórica e tem um conhecimento técnico muito profundo, e tem ajudado a aumentar nosso  
253 conhecimento, então eu chamo a representação de Belo Horizonte na pessoa da conselheira Ana  
254 Paula, que também com uma competência enorme fez a representação na comissão de normas.  
255 Nós temos no colegiado Deputado, um conselheiro que foi contemporâneo meu há muito tempo  
256 atrás, no Conselho Municipal de Belo Horizonte, que é o João Ademar, nosso querido coordenador  
257 de comissão nessa gestão como presidente. Por favor, João Ademar. Nosso parceiro,  
258 representando os Jesuítas, sempre à nossa disposição quando as Assembleias eram ampliadas,  
259 em função do espaço, ele tem muita contribuição para dar a este colegiado. Nós temos três

260 ausências até então, mas não tem problema. Aqui é com muito carinho e especial reconhecimento  
261 na contribuição do efetivo, e eu não penso só na Secretaria de Estado, mas também neste  
262 colegiado, com a doçura, com a meiguice, com o carinho sempre peculiar e com a abertura de uma  
263 pessoa amiga. Extrapolou aquela posição de conselheira, eu queria homenagear minha querida  
264 amiga, ex-subsecretária de estado e conselheira deste conselho, minha querida Nívia. Nós temos  
265 outra ausência também, que é da Beth, vou pedir depois para que Ana Paula proceda a entregue  
266 para ela, mas é bom estarmos aqui reconhecendo. Durante nossa gestão, nós tivemos aqui o  
267 conselheiro Fernando, de Cataguases que não pode estar presente, mas que fizemos questão de  
268 homenageá-lo. Nossa querida Beth que também não está conosco. A Tanit que também não está  
269 por motivo de trabalho. Mais o Doutor José Ismar está aqui conosco. Não está? Doutor José Ismar  
270 foi o nosso coordenador, muita contribuição efetiva. Usamos e abusamos da função e formação  
271 dele de advogado deste colegiado. Temos que reconhecer este trabalho. Também quero aproveitar  
272 a presença da pedagoga Elaine que está conosco, que a presidenta da entidade que representa  
273 este colegiado. Parabéns Elaine por ter colocado uma pessoa com tamanha responsabilidade e  
274 comprometimento com a causa aqui conosco. Se vocês observaram bem eu fiz questão de  
275 homenagear de uma forma diferenciada todos aqueles conosco enquanto coordenadores de  
276 comissões na mesa diretora, que deram uma contribuição mais efetiva que os outros conselheiros.  
277 Isso não é nenhum demérito para os outros, ao contrário, eu tenho plena convicção que os  
278 senhores e senhoras conselheiros que estiveram conosco neste colegiado vão entender a minha  
279 posição ao deixar a gestão e a presidência deste colegiado, mas continuo conselheiro dando minha  
280 contribuição efetiva como sempre. Mas vocês vão entender o que quero dizer e fiz questão de  
281 homenageá-los descrevendo de uma forma muito pensada, e tentei verbalizar de coração aquilo  
282 que saía meus sentimentos através de uma carta que fiz questão de escrever. Eu vou trazer aqui  
283 nosso jovem trabalhador, Max, para fazer a entrega para cada um e cada uma dos conselheiros  
284 que aqui estão. E depois vocês vão fazer a leitura com certeza. Deixo registrado meu sincero  
285 agradecimento a cada um, pela contribuição que deram e que dão, pela responsabilidade que  
286 assumem enquanto conselheiros, e pelo papel que têm de responsabilidade para acima do normal,  
287 de um verdadeiro cidadão, uma verdadeira cidadã, de estar fazendo irradiar toda essa contribuição  
288 efetiva, para quem mais necessita neste país, os considerados desiguais, aqueles que não fazem  
289 parte da sociedade de consumo, que são os beneficiários de Política Pública de Assistência Social.  
290 Antes de encerrar, a Consolação, com toda sua categoria e competência secretário. Esse  
291 colegiado, eu não tenho nenhuma dúvida, ele assumiu a Presidência do Fórum Nacional de  
292 Conselhos Estaduais de assistência Social, muitas vezes eu repeti isso e é de coração. Eu só  
293 assumi a presidência daquele fórum, primeiro porque tenho amor à terra em que nasci, eu sou  
294 mineiro barrista e defendo Minas Gerais onde quer que eu esteja, defendo a posição do nosso  
295 governo. Sei respeitar as contradições que existem nas políticas partidárias, mas tenho as minhas  
296 opções. Eu não as manifesto em público para evitar misturar os papéis, mas faço questão e tenho

297 plena convicção de deixar registrado que eu tenho como ideologia política. Reconheço esse  
298 governo, como um governo que tem feito mais do que devia. Hoje vindo para cá vi outra notícia do  
299 nosso Governador Anastasia destinando mais de 20 milhões para esta situação que aflige os  
300 municípios na questão das águas. Então, mesmo sabendo do aporte financeiro que agente tem, ele  
301 não mede recursos nem esforços para isso. Assim sendo secretário, eu não tenho nenhuma dúvida  
302 que este colegiado se credibilizou. Tem muitos conselheiros, principalmente os governamentais  
303 que se sentaram a esta mesa na qualidade de diretores se qualificaram em pessoa, formado em  
304 serviço social, e que eu aprendi a admirar pela competência, pelo princípio de retidão, pela moral e  
305 ética que sempre carreguei. E nem assumi o Fórum Nacional, me fui reconduzido como presidente  
306 daquele fórum, se não tivesse a Consolação do meu lado. Eu tenho uma homenagem especial  
307 para prestar à Consolação porque realmente eu a admiro e reconheço nela a competência em  
308 pessoa da Política Pública de Assistência. (Leitura da Placa): Consolação Cifani da Conceição,  
309 receba esta homenagem em reconhecimento da sua atuação ética, articulada e eficiente no  
310 exercício das secretarias executivas do Conselho Estadual de Assistência social do Estado de  
311 Minas Gerais e no fórum nacional do conselho estadual de assistência social. Com carinho e  
312 admiração Geraldo Gonçalves presidente deste colegiado. Muito obrigado a todos. No  
313 desempenho desta gestão, agradeço profundamente mais uma vez secretário, aliás, secretários, e  
314 podem ter certeza que o corpo executivo desta secretaria de estado tem dado uma contribuição  
315 efetiva para o controle social do estado. Tenho convicção que esta gestão só melhorará a cada dia,  
316 mesmo porque conta com o comprometimento dos conselheiros que continuam independentes das  
317 coordenações e de eu estar na mesa diretora. Mas este apoio deve ficar registrado e peço até a  
318 secretária Cássia que isso seja passado ao nosso Governador Antônio Anastasia. A qualificação  
319 que nós recebemos neste colegiado eu não vi nenhum outro estado ter, foi a qualificação que  
320 tivemos em um curso de extensão de mediação de conflitos. E isso fica registrado na história deste  
321 país. Nós temos um convite a fazer para todos, temos um lanche agora, e quem quiser tirar fotos  
322 com nossos secretários e secretárias fiquem à vontade agora. Mas nosso conselheiro Marcelo  
323 pediu a palavra e antes de sairmos eu passo para ele. MARCELO - Aos meus colegas  
324 conselheiros, nós que conhecemos muito bem o nosso presidente Geraldo, saberia que ele poderia  
325 nos causar uma surpresa. Só que ele não imaginava que nós também pudéssemos fazer uma  
326 surpresa; e eu com muita satisfação, falo em nome dos conselheiros, da alegria que foi para nós  
327 participarmos da mesa diretora com a sua pessoa na presidência, e também de ter você como um  
328 companheiro, um amigo, uma pessoa muito sensível no trato da política de assistência social do  
329 nosso estado. Com isso ficamos muito felizes de saber que você fez uma presidência muito  
330 profícua, levou o nosso conselho estadual para fora do nosso estado, com muita credibilidade,  
331 você que hoje inclusive representa a presidência do FONACEAS que é um fórum muito importante  
332 na discussão da política de assistência social dos conselhos estaduais. Então para nós, ter você,  
333 saindo da presidência, mas continuando no nosso conselho contribuindo como sempre, e também

334 nessa representação que você faz, eu quero também prestar uma homenagem, e faço em nome  
335 dos conselheiros, dos servidores desta casa e porque não, pedindo permissão para falar também  
336 em nome de SEDESE: Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, receba esta homenagem em  
337 reconhecimento da sua gestão sensível, elevada e transformadora do conselho estadual de  
338 assistência social de Minas Gerais e no fórum nacional de conselhos estadual de assistência  
339 social. Com carinho e admiração, conselheiros estaduais e servidores. GERALDO - Eu fico muito  
340 satisfeito em receber esta homenagem. Penso que é bom sermos lembrados, não pelos cargos,  
341 mas por aquilo que agente faz. Eu deixo a gestão da presidência deste conselho com sentimento  
342 de dever cumprido. Acho que dei minha contribuição, e com toda certeza continuarei dando.  
343 Conselheira Fátima pediu a fala. FÁTIMA - Bom dia a todos, é um prazer estar neste conselho. Já  
344 venho aqui pelo segundo mandato. Como experiência e dedicação a este conselho quero  
345 parabenizar a todos vocês que participam deste evento maravilhoso, da posse dos novos  
346 conselheiros, e com tristeza, pois Geraldo não estará mais conosco nessa diretoria, mas com seu  
347 trabalho edificante, elevou muito o nome do CEAS. Você está de parabéns por sua trajetória e por  
348 tudo que você conquistou nessa trajetória. Continue assim: amigo e carinhoso com todos. Que deus  
349 te proteja em sua nova caminhada. Quero parabenizar também a Juanita, e a tristeza da Nívia de  
350 também estar os deixando. A sua perda é uma tristeza muito grande porque você também  
351 contribuiu nesta trajetória. E Roberta que é minha amiga de muitos anos, um abraço carinhoso para  
352 você. GERALDO - Antes de sair para o lanche quero registrar algumas questões (inaudível)... da  
353 secretaria deste conselho como um todo. Mas eu preciso ressaltar que sejam nossas  
354 intermediárias nessa transmissão as nossas técnicas, tão louváveis no trabalho que  
355 desempenham, que passam tantos quilômetros nesta estrada correndo riscos, e aí secretário mais  
356 uma vez precisamos reconhecer que a SEDESE teve um reconhecimento tão grande para este  
357 colegiado, que se propôs a comprar uma caminhonete cabine dupla, com ar condicionado, ABS,  
358 com todo sistema de segurança que pode ter em um veículo automotor e disponibilizar para este  
359 colegiado, e assim nossas técnicas estão com toda certeza mais seguras. Eu faço um  
360 agradecimento especial para todos os secretários executivos, mas quero ressaltar que a técnica  
361 Rosa, a caminhada que ela tem árdua, e que sempre percorreu nossos municípios, tem  
362 competência reconhecida por todos os empreendedores do estado. A técnica Nilce que tem feito  
363 um trabalho bacana, e um esforço sobrenatural, quando aplica na praticidade as suas várias  
364 formações, obrigado Nilce. Agradeço à Regina, que é uma artesã, que vocês irão descobrir agora e  
365 reconhecer esta nova função dela e que nos preparou uma surpresa. Muito obrigada Regina pelo  
366 seu trabalho. A todos os demais técnicos e trabalhadores deste colegiado. Eu fui muito bem  
367 protegido por todos, sinto um carinho muito grande por todos pelo reconhecimento e pelo trato,  
368 mas o meu anjo da guarda durante o tempo todo foi nosso querido Marcelo Armandes. Muito  
369 Obrigada. Um minuto que nossa conselheira Juanita, presidenta empossada vai falar. JUANITA -  
370 Para finalizar esta primeira parte, peço licença ao meu ex-presidente, já como presidente deste

371 colegiado, muito rapidamente para fazermos um ato simbólico, o primeiro ato simbólico  
372 administrativo dessa nova mesa diretora, porque nós temos um grande desafio. Esta mesa diretora,  
373 na condição deste conselho esse ano, um deles, pois são vários, que é a realização da 10ª  
374 Conferência Estadual de Assistência Social. Então eu pedi à Consolação que fizesse a resolução  
375 de chamamento de convocação da 10ª Conferência, aproveitando a presença do secretário, para  
376 fazermos um ato administrativo e político assinatura dessa resolução para publicação imediata  
377 porque temos que dar os preparativos para realização da 10ª Conferência. Na oportunidade,  
378 aproveitando o secretário que está aqui, já como presidente deste colegiado eu gostaria de  
379 agradecer a todos os presentes, convidados e conselheiros, mas de um modo particular os  
380 conselheiros que estão deixando a mesa diretora pelo belíssimo trabalho que fizeram. O ano que  
381 se passou eu não fiz parte deste conselho. Mas estou voltando, e como sempre com uma  
382 dedicação muito grande porque eu acredito nesta política que está implantada neste sistema único.  
383 E como Geraldo disse, quando sentamos aqui nós não temos consciência que vou ter que me  
384 desdobrar, a mais, em dobro, mas faço porque gosto desse trabalho e acredito neste colegiado que  
385 está aqui. Muito obrigada. Consolação você projeta para fazermos a leitura para todos tomarem o  
386 conhecimento, estando de acordo, o secretário faz a assinatura do chamamento da conferência.  
387 Resolução conjunta CEAS / SEDESE número 01/2013, dispõe sobre a contemplação da  
388 10ª Conferência Estadual de Assistência Social sobre o processo de escolha dos representantes da  
389 sociedade civil e dos conselheiros municipais de assistência social para composição do conselho  
390 estadual de assistência social. Os secretários de estado de desenvolvimento social, em conjunto  
391 com a presidenta do conselho estadual de assistência social de minas gerais CEAS/MG no uso de  
392 suas atribuições legais e de acordo com o inciso 2º do artigo 12º, o inciso 6º do artigo 13º, da lei  
393 estadual número 12.262 de 23 de julho de 1996 resolve: Artigo 1º - convocar a 10ª Conferência  
394 Estadual de Assistência Social com a finalidade de avaliar a situação da assistência social na  
395 perspectiva do sistema único de assistência social (SUAS) e propor novas diretrizes para seu  
396 aperfeiçoamento. Parágrafo 1º - a 10ª conferência estadual de assistência social será realizada em  
397 Belo Horizonte, no período de 16 a 18 de outubro de 2013; Parágrafo 2º - A 10ª Conferência terá  
398 como tema central a gestão e o financiamento na efetivação do SUAS. Artigo 2º - convocar as  
399 entidades e organizações de assistência social que atuem em mais de um município, bem como os  
400 conselhos municipais de assistência social do estado, através das uniões de conselhos municipais  
401 de assistência social, as URCMAS, para participarem do processo de escolha dos representantes  
402 da sociedade civil e dos conselhos municipais de assistência social que comporão o conselho  
403 estadual de assistência social. Parágrafo 1º - O processo de escolha referido ao capite deste artigo  
404 ocorrerá na 10ª conferência estadual de assistência social de Minas Gerais. Parágrafo 2º - O  
405 regulamento do processo de escolha será posteriormente publicado. Artigo 3º - Instituir a comissão  
406 organizadora, sob a coordenação da presidenta do CEAS com a seguinte composição: 1º - 4  
407 conselheiros coordenadores das comissões técnicas do CEAS; 2º- 1 representante do setor de

408 finanças da SEDESE; 3º - 1 representante do setor de eventos da SEDESE; 4º - 2 representantes  
409 da secretaria executiva do CEAS. Parágrafo Único: A SEDESE e o CEAS adotarão as providências  
410 necessárias para a realização da 10ª Conferência Estadual de Assistência Social, bem como do  
411 processo de escolha dos representantes da sociedade civil e dos conselhos municipais de  
412 assistência social. Artigo 4º - As orientações inóvitas à regulamentação e a programação da  
413 10ª Conferência Estadual de Assistência Social serão divulgados posteriormente. Artigo 5º - Esta  
414 resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2013.  
415 Assinam este ato em conjunto Cássio Antônio Ferreira Soares, secretário de estado de  
416 desenvolvimento social e Maria Juanita Goudinho Pimenta, presidenta do CEAS/MG. Estão de  
417 acordo conselheiros? Aprovada a resolução? Secretário, por favor. GERALDO – pessoal, então  
418 vamos ao lanche. E eu tenho certeza que os conselheiros que aqui estão são cavalheiros. E tem  
419 surpresa lá pras damas primeiro. Por favor. JUANITA - Conforme pauta, em mãos, chamo Anália  
420 para compor a mesa. São onze horas e vinte e quatro minutos, nós vamos dar sequência à nossa  
421 reunião, com o ponto “B”: planejamento do CEAS para 2013. Eu gostaria de informar que a mesa  
422 diretora já trabalhou e já conheceu a secretaria executiva; fez a proposta preliminar do  
423 planejamento. A proposta foi feita para a mesa diretora, considerando todos os atributos e  
424 trabalhos já que estavam pré agendados para este início de mandato, então a mesa diretora fez as  
425 suas considerações, e eu vou pedir às meninas da secretaria executiva que coloquem aí para  
426 discorrermos sobre o planejamento. Vocês devem ter recebido também por e-mail, não é isso  
427 Consolação? A Consolação está me falando que já foi encaminhado para o e-mail de vocês o  
428 planejamento para conhecimento prévio e contribuição. Nós tivemos uma única contribuição,  
429 conforme agente já conhece o trabalho do CEAS, encaminha para conhecimento para nós  
430 fazermos as contribuições. Aqui nós só vamos onde houver as considerações e já iniciamos o  
431 processo de votação. Não é isso Consolação. Vocês me desculpem se eu errar alguma coisa, é  
432 que eu fiquei um ano fora daqui e talvez eu tenha esquecido da condução. Você faz a leitura para  
433 nós Consolação? Dos pontos em que houve consideração. CONSOLAÇÃO - Eu fiz este resumo  
434 porque eu acho que seria mais interessante do que ir mês a mês, porque repetem ações que são  
435 de rotina. A princípio nós vamos ter a necessidade de aumentar valores diários, o que está ali  
436 apresentado, porque nós temos mais conselheiros, com a complementação de vacância do  
437 conselho, nós tivemos um aumento nas diárias e de passagens também que teve uma alteração,  
438 então de seis e seiscentos nós vamos passar para oito e trezentos no novo cálculo. Existe a  
439 proposta de não realização das plenárias descentralizadas, e vamos substituir por encontros com o  
440 presidente de URCMAS, um fortalecimento maior para as URCMAS, articulação com as diretorias  
441 regionais, e vamos considerar também a questão da conferência e encontros regionais e  
442 participação de conselheiros em conferências municipais, que aquela comissão da resolução vai  
443 propor critérios. Então diante disso, nós vamos apresentar a supressão dessas plenárias  
444 descentralizadas, ela vai ser só uma plenária em abril ordinária do que está em destaque, ampliada

445 em abril, e teríamos também o tema das conferências, e passaria o convite a todos os conselhos  
446 municipais. E também temos a tarefa de rever representação de conselheiros na CIB, COGEMAS,  
447 Bolsa Família, FECTIPA e do FEM, se vão manter as representações. Em resumo, seria isso.  
448 Alguma coisa, vamos ver o que seria em temas, de algumas tarefas que tivemos, inclusive a  
449 comissão de reordenamento também existe a proposta que temos que passar a deliberação. A  
450 proposta dessa comissão, ela encerrar suas atividades em função de um novo endetendimento do  
451 processo de ordenamento. JUANITA - Só para esclarecer para os senhores, o que a mesa diretora  
452 discutiu com relação a não realização das reuniões descentralizadas, porque este ano, os  
453 municípios conforme resolução do CNAS, os municípios têm que realizar a Conferência Municipal,  
454 então, a partir de agosto os municípios ... O CEAS fica envolvido praticamente o tempo inteiro com  
455 realização dos encontros regionais, que é onde fazemos a tiragem de delegado para a conferência  
456 estadual, e no primeiro semestre também este conselho recebe convite dos municípios para  
457 participar das conferências municipais. Então nós íamos ficar de certa forma com muita dificuldade  
458 de realizar as plenárias descentralizadas do que estava proposto. Então nós vamos considerar  
459 estes encontros como plenárias ampliadas, considerando que nesses encontros também passamos  
460 pelo processo de qualificação. Está claro para todos?! Essas modificações que a mesa diretora  
461 propôs? VOLNEY - Uma sugestão nossa é que cada conselheiro e suas respectivas regiões  
462 participem ao menos de duas reuniões de URCMAS, uma no primeiro semestre e outra no segundo  
463 semestre. Então por exemplo, eu moro em Belo Horizonte, nós conselheiros de Belo Horizonte  
464 participemos aqui. Ela por exemplo é da região de Diamantina, o André na região do Triângulo,  
465 então essa é nossa contribuição. JUANITA - Na verdade, em discussão, porque esse conselho, se  
466 não me engano, tinha uma decisão de estarmos com participação nas reuniões de URCMAS, pelo  
467 menos todas, nós já havíamos receita, você está propondo que agente altere isso. Ao invés de  
468 todas, duas? Para os conselheiros das regiões, para que cada um participe de pelo menos duas  
469 reuniões de URCMAS. É isso senhores? Em discussão. Alguém gostaria de apresentar?  
470 MARCELO - Conselheiro, eu acho importante a sua fala, mas eu gostaria de melhorar, dar outra  
471 posição, porque se nós já somos dessa região, seria interessante que nós nos comprometêssemos  
472 em estar em todas que fosse possível, e aquelas que não fossem, agente comunica ao conselho  
473 estadual, até mesmo para forma de economia. Se eu já estou na minha região de São João Del  
474 Rei, então eu me comprometo a estar na região de São João Del Rei. E naquela que eu não puder  
475 eu comunico ao conselho estadual, e então vai outro conselheiro.  
476 JUANITA - Na verdade é isso que funciona hoje. ROBERTA - Nós estamos com a expectativa,  
477 porque as reuniões das URCMAS são mensais, então a primeira coisa que se tem que fazer é este  
478 levantamento. Qual é a periodicidade. Segunda questão, é que não podemos esquecer que  
479 estamos com gestores novos nos municípios; obviamente, esta expectativa que as reuniões de  
480 conselho estariam funcionando com esta intensidade que nós estamos definindo participação aqui,  
481 a meu ver ela não existe; porque os municípios também estão se organizando tanto do ponto de

482 vista do conselho, e também depois da conta deste olhar regional. Talvez um levantamento real, do  
483 que nós temos nós temos de URCMAS, o que é possível entender do funcionamento dessa rotina,  
484 até para estarmos deliberando. JUANITA - Consolação está falando que já foi feito esse  
485 levantamento, pois na mesa diretora nós já conversamos dessa situação, e o propósito foi da mesa  
486 diretora, conforme a Roberta está falando, nós provavelmente vamos ter uma mudança enorme no  
487 conselho também. Qual a estratégia que nós conversamos na mesa diretora: é a de fortalecer as  
488 URCMAS. Primeiro fazendo esse levantamento, como estava a situação, para fortalecer o que já  
489 esta em funcionamento, ademais, fomentar o funcionamento. Então a Consolação está  
490 apresentando pra gente. Não tem um consolidado não Consolação? Das 19 URCMAS, porque aqui  
491 está à situação por uma. Aí tem um consolidado das 19? Quantas estão desativadas, quantas  
492 estão funcionando. TÉCNICA PAULA - Nós temos a de Belo Horizonte que estava bem  
493 desarticulada, que solicitou até a plenária descentralizada no final do ano, que não foi feita e ficou  
494 para agora, mas eles já estão conseguindo se recompor e elaboraram até o calendário para o ano  
495 de 2013, e estão começando a reagir agora. Nós temos também a de Divinópolis, ela se dividiu em  
496 quatro microrregionais, e tem a central que esta com a liderança muito boa e têm as outras que  
497 estão pedindo apoio. Algumas que estão mais fracas têm a de Campo Belo que não está muito  
498 bem, e que está solicitando apoio. Divinópolis se dividiu em micros, e a coordenadora de uma das  
499 micros é situada em Campo Belo, que ficou como referência daquele coordenador. Tem uma  
500 cidade referência. A de Valadares também foi dividida em várias, e a central de Valadares foi onde  
501 nós tivemos duas capacitações de 2012, então esta central está bem. Que é onde se tem o apoio  
502 da Fátima e da Maria José que são uma liderança boa. E as outras micros também estão pouco  
503 atuantes, pedindo ajuda aos coordenadores, já pedindo apoio. Eles começaram, não têm um  
504 calendário de reuniões regulares, esta questão do mensal não é a prática, alguns conselhos não  
505 conseguem manter, eles fazem de dois em dois meses; algumas não se reúnem como a de  
506 Uberaba e Uberlândia que não se reúnem, e nós temos um conselheiro estadual que é o Andre, da  
507 região, ele é o presidente da URCMAS e diz que eles nunca se reuniram. A de Almenara, a de  
508 Paracatu que é nova, tiveram uma reunião, também é nova, foi criada em junho de 2012, a de  
509 Almenara fez uma reunião de criação e nunca mais se reuniu, e é mais ou menos este nível  
510 mesmo. JUANITA - De acordo com o levantamento que foi feito e está em mãos da mesa diretora,  
511 nós temos a URCMAS de Divinópolis que está atuante, a microrregional de Divinópolis que é  
512 Capitólio e Abaeté que está atuante. Depois a de Juíz de Fora, a de Manhuaçu e de Muriaé. Então  
513 nós temos sete uniões de conselho que estão atuantes. E Varginha, então são oito uniões de  
514 conselho que estão atuantes. Então nós vamos iniciar o trabalho com essas oito uniões de  
515 conselho, fortalecendo esta união, e apoiar as demais uniões que já estão procurando esse CEAS  
516 que está em situação de pouco atuante. ROSILENE - Montes Claros eu faço parte da diretoria.  
517 Estamos começando a articular agora para começar a fazer uma reunião o mais rápido possível.  
518 ROBERTA - A minha sugestão, é, que nós estamos definindo questões em cima de informações que

519 a meu ver ainda estão frágeis. Porque como eu posso apoiar se eu não tenho calendário de  
520 atuação. Então a minha sugestão é que mandássemos uma correspondência para todo mundo,  
521 pedindo para que eles enviassem o calendário. Por que está no mês de planejamento. Então  
522 pressuponho que eles poderiam fazer um planejamento dessas reuniões para que agente possa se  
523 organizar para apoiar. Porque assim, fala que tem uma micro em Campo Belo, nós temos uma  
524 conselheira estadual, entendeu? Eu acho que essas informações é que não estamos conseguindo  
525 ter solidez nela para definir alguma coisa para falar a se é pouco atuante, se é muito atuante, o que  
526 é isso? É preciso termos no mínimo qual o nome do representante e dizer assim quantas reuniões  
527 e qual a periodicidade dessas reuniões. E aqui agente se organiza para tomar essa decisão,  
528 porque se não nós vamos ficar aqui discutindo encima de informações que a meu ver não estão  
529 solidificadas para podermos tomar a decisão. (Fala fora do microfone) TÉCNICA PAULA - Quando  
530 eu digo comprovante vocês vão ver que inclusive a presidência está vaga, porque se o presidente  
531 saiu, uma grande maioria que era candidata nessas eleições se descompatibilizou, outra parte se  
532 aposentou, saiu da assistência e não foi feito nada no sentido de eleger uma nova mesa, então  
533 não tem calendário, estamos há seis meses sem se reunir, então não tem nada estipulado, e não  
534 foi feito este calendário porque realmente não existe. (várias pessoas falam ao mesmo tempo)  
535 ROBERTA - Não estou acusando a falta da informação pela não ação da equipe. A equipe tentou.  
536 O que estou dizendo é que a informação que foi coletada não nos dá condição para definir. É  
537 mandar um ofício e dizer, até o dia tal nós precisamos de informações concretas. CRISTIANE - Só  
538 para chamar a atenção de um aspecto das URCMAS que agente vem percebendo. O que mobiliza  
539 muitas vezes a URCMAS é a pauta. Eles ficam de certa forma esperando que os municípios vão  
540 quando a pauta chama a atenção. Nós temos pautas bastante fortes este ano. E o próprio conselho  
541 estadual pode sugerir nessa perspectiva que a Roberta fala de já mandar correspondência, de  
542 verificar a data da reunião, de sugerir pautas. Uma é a conferência, o conselho estadual tem que ir  
543 para discutirmos sobre a conferência. E a outra, até com base na discussão que estávamos tendo  
544 ontem, a comissão de normas e a comissão de políticas estavam discutindo a inscrição. O outro  
545 ponto é a inscrição, considerando que os conselhos têm que receber o plano de ação até 30 de  
546 abril. Então, complementando a sugestão da Roberto de correspondência, de fazer a sugestão que  
547 eles marquem uma reunião pra se discutir conferência e inscrição de entidade. MARCELO - Eu  
548 também quero concordar com a Roberta, essas informações, apesar de ter passado pelo grivo da  
549 secretaria executiva, elas não gozam de credibilidade no meu ponto de vista no que diz respeito a  
550 informação que é dada. E falo isso com muita tranquilidade pra dizer da regional de São João Del  
551 Rei. Porque a regional de São João Del Rei, ela informa que no ano de 2012, a Cristiane foi lá para  
552 fazer uma capacitação sobre controle social e ela está pouco atuante, são as informações. Eu  
553 tenho convicção de que ela não funciona. Cristiane foi lá para falar para o conselho municipal de  
554 Ouro Preto, a assim, o município é que chamou. Essas informações então precisam ser  
555 melhoradas. Eu quero lembrar em uma discussão que agente fez na reunião da mesa diretora, que

556 sugerimos que as regionais da SEDESE, os diretores regionais da SEDESE, eles possam neste  
557 primeiro momento chamar os municípios para tentar novamente mobiliza-los para reativação e  
558 criação dessas uniões, juntamente com os diretores regionais. Porque se nós formos usar do  
559 expediente que está sendo proposto neste momento, regional de São João Del Rei, a quem nós  
560 vamos nos dirigir? Hoje, nós não temos a quem dirigir. E assim por diante. Talvez se entrássemos  
561 em contato com os diretores regionais e sensibilizá-los dessa proposta, poderíamos avançar. ANA  
562 PAULA - Eu acho que esta questão de união de conselhos, de construção de calendário, essa  
563 proposta da Roberta, já emendando com a proposta da Cristiane; há um movimento também de  
564 uma outra natureza que o CEAS vai ter que fazer neste momento. Considerando que essa  
565 mudança no quadro gestor, o que certamente vai acarretar em mudança na união. A união de  
566 conselhos de Belo Horizonte, são 34 municípios, e nós fizemos o calendário deste ano em um  
567 regimento interno. E mesmo com pautas interessantes igual propomos de gestão, financiamentos,  
568 benefícios, a adesão é muito pequena. Estávamos fazendo reunião com união de conselho com no  
569 máximo seis municípios e são 34. Então nós vamos ter que pensar em uma estratégia para além  
570 dessas questões que vocês estão colocando, da questão de calendário, das pautas, de incentivar  
571 nesse momento em relação à conferência, de talvez traçar uma estratégia que envolva as diretorias  
572 regionais. Mas há uma pouca adesão e participação nas reuniões de união. Então estou falando  
573 Belo Horizonte porque os municípios são próximos. E antes do período de mudança de gestão, já  
574 estava com uma adesão muito baixa. Então acho que temos que pensar em uma estratégia; a  
575 convocatória de Belo Horizonte automática. Eu escrevo um e-mail para todos os conselhos, um e-  
576 mail comum e mesmo assim a participação tem sido muito baixa. ROBERTA - Nós já fizemos essa  
577 discussão aqui na plenária e vou voltar a insistir. Primeiro é que não é função, não pode ser um  
578 papel do órgão gestor estadual e diretorias regionais. Isso não vai funcionar. Dada às  
579 características das regionais, e dado a característica desta proposta de união de conselhos. Nós  
580 tivemos muita polemica nesta época porque não foi uma adesão maciça das regionais. Do ponto de  
581 vista nosso de gestor, precisamos conversar internamente se agente delega essa atribuição a eles,  
582 porque isso é uma coisa que precisa ser conversada inclusive com a superintendência de  
583 interiorização e até mesmo com o próprio secretário, porque você tem uma diretoria que tem todas  
584 as suas atribuições de competência de gestão para trabalhar nas regionais. E isso precisa ser  
585 discutido. E na época que discutimos, percebemos que poderia não ser o caminho. Agora,  
586 concordo com esse desafio, e a minha sugestão é que agente defina e rediscuta a questão  
587 geográfica dessa união com esse olhar que a Ana Paula está colocando, e nós, fortalecêssemos a  
588 presidente do conselho municipal. Para que ele fosse o articulador e com o apoio mais direto do  
589 conselho estadual de assistência social, para que o presidente do conselho municipal daquele  
590 lugar articulasse os conselhos municipais em volta para trabalhar essa mobilização. E aí agente  
591 pensar nesse desenho no ponto de vista da questão da adesão, e inclusive fazer a discussão do  
592 por que da baixa adesão. No ano passado nós tivemos um período que era eleitoral, então isso

593 está em pauta. Mas isso nós vamos ter de dois em dois anos. Outra questão que me lembro,  
594 quando fomos discutir a reunião de conselho nós demos uma viajada, porque começou a se pensar  
595 em criar regimento interno para a união. E nós perdemos um pouco o caráter desse processo de  
596 mobilização e passou a uma coisa mais enrijecida. Então acaba que em determinado momento se  
597 tem uma baixíssima adesão e desmobilização, porque ele não é um conselho regional. Ele é um  
598 grupo que agente vai se apoiar na mobilização para poder discutir informação e uma série de coisa  
599 dentro da política. Acho que precisamos conversar sobre isso e fazer essas perguntas para poder  
600 dar conta dessa questão. ANÁLIA - Bom dia a todos, só para contribuir, ficou muito claro para nós a  
601 questão da baixa adesão. E porque da baixa adesão? Vou citar o exemplo de campo Belo. Eu me  
602 lembro vem que há 6 meses atrás a presidente da URCMAS de Divinópolis ligou e disse, Anália, a  
603 reunião da URCMAS pode ser feita em outro município porque a presidenta do conselho tem muita  
604 disponibilidade para mobilizar e isso foi acordado na última reunião, e não vai sempre em campo  
605 Belo, pode ser em qualquer outro município que tiver essa disponibilidade. Ocorreu à reunião, e  
606 depois no período eleitoral foi acordado que estava todo mundo no maior sufoco e não teria  
607 reunião. Então agente assusta com isso. Outra coisa, se não está tendo unidade, significa que as  
608 partes estão fragilizadas, e não é o controle social apenas, é também a gestão. Nosso problema  
609 chama-se gestão. Eu penso que este ano o CEAS precisa fazer um movimento de município em  
610 município. A lei do SUAS. O ano passado nos já falamos aqui, qual o município tem a lei do SUAS.  
611 Vamos implementar no município a lei do SUAS. Ontem quando eu estava vindo para Belo  
612 Horizonte me ligaram dois prefeitos, pedindo pelo amor de Deus, ajuda aqui, pois não estamos  
613 dando conta. Eu perguntei para um dos prefeitos: Seu CRAS está fechado? Ele disse, não está  
614 fechado, está trancado e a chave esta no meu bolso. Porque lá tinha uma psicóloga que fazia o  
615 serviço da saúde e uma nutricionista que dava orientação nutricional para o Pró-jovem. Então está  
616 trancado e eu só vou abrir se você vier aqui. Gente, quem tem que fazer isso é a SEDESE. A  
617 SEDESE precisa ter no mínimo um grupo técnico que fique por conta da gestão. Se for necessário  
618 vai para um município onde esta com a gestão mais organizada e faz um estágio lá, porque tem  
619 uma distância da orientação técnica da SEDESE e da orientação técnica de quem está na gestão.  
620 É diferente você estar lá no dia-a-dia, são muitas questões. Queria deixar essa contribuição e  
621 concordo também que o levantamento está ai, mas ele não tem consistência para fazermos um  
622 plano de ação em cima disso. SORAYA-CMAS/NOVA LIMA - Aproveitando a discussão em  
623 questão, o próximo tema da reunião da união dos conselhos da região metropolitana vai acontecer  
624 dia 26 no município de Nova Lima, provavelmente na associação dos servidores, nós vamos  
625 comunicar com todos os municípios que participam e podemos mandar também um ofício  
626 comunicando. Eu acho importante esse levantamento quanto à participação porque, por exemplo,  
627 Nova Lima, nós, a partir do momento que o conselho começou a entender a importância da união  
628 nós começamos a participar, só que em muitos momentos, inclusive diversos eventos que  
629 aconteceram através da união dos conselhos fortalecerem o movimento do controle social, o

630 exercício do controle social na cidade de Nova Lima. Eu acho importante a união dos conselhos  
631 porque nos dá a garantia de discutirmos nossas questões e entendermos as nossas demandas de  
632 uma forma mais concreta e objetiva, e tirarmos encaminhamento, inclusive foi isso que aconteceu.  
633 Em relação à Nova Lima, por exemplo, nós tivemos muita dificuldade primeiro as vezes por conta  
634 de incentivos mesmo como transporte e deslocamento, e uma outra coisa que nos aconteceu foi a  
635 questão da coincidência das datas com a capacitação da SEDESE. Aí acontece que você tem que  
636 priorizar. Não estou falando que uma desmobilizou a outra, mas essa foi uma das questões que  
637 talvez tenha baixado essa frequência. Então acho que este levantamento é bastante pertinente, e  
638 faço um convite para todos participarem. JUANITA - Obrigada pelo convite, agente já inicia com  
639 uma união que está conseguindo fazer isso nesse primeiro momento de tantas alterações.  
640 Considerando todas as falas, o conselho estadual vai mandar um ofício para as 17 URCMAS  
641 solicitando essas informações. Até mesmo composição da mesa diretora daquela URCMAS, o  
642 calendário de reuniões, e nisso agente já vamos sugerir as pautas, e vamos dar uma data para que  
643 essas URCMAS respondam o ofício e inclusive será essa resposta que irá nos subsidiar ao apoio  
644 que nos vamos dar às URCMAS. MARCELO - Onde está o nome da pessoa seria interessante  
645 colocar qual o conselho municipal que esta pessoa representa e mandar para o conselho  
646 municipal, porque pode ser que ele não esteja mais na sua representação de conselho. JUANITA -  
647 A relação vai ser sempre com o conselho municipal daquele município, porque pode ser que aquela  
648 pessoa que deu essa informação não esteja mais naquele conselho. Então a secretaria executiva  
649 faz a proposta da minuta do conselho e nós encaminhamos. Está aprovado senhores? Comissão  
650 de política. Eu me esqueci de um detalhe, a Consolação me falou que a comissão de apoio discutiu  
651 isso ontem e está na proposta da comissão, na pauta, desculpa você poderia colocar na pauta qual  
652 foi o encaminhamento que a comissão chegou? M<sup>a</sup> DE LOURDES - Ontem nós vimos que no  
653 planejamento pedia que se elegeisse um membro da comissão, e que eles fossem pelo menos  
654 duas vezes ao mês nas reuniões. Nós achamos que ia ficar muito pesado, e que inclusive a  
655 Gilvânia disse que para ela não seria possível, então que trouxéssemos aqui que fôssemos a uma  
656 reunião mensal, e que também está previsto para começar em fevereiro. Ela pediu para começar  
657 em março uma vez que fevereiro é um mês muito curto, tem os feriados, e a maioria não está  
658 realmente estruturada. JUANITA - Na verdade agente avançou nessa questão que a comissão está  
659 apresentando, porque agente já partiu com o pontapé inicial dessas oito que já estão funcionando,  
660 agente vai fazer as perguntas para realizar o levantamento efetivo e tentar saber essas maiores  
661 informações; e lembrando que não são só os conselheiros das comissões de apoio que vão ser  
662 responsáveis por acompanhar as URCMAS, são todos nós. Podemos dar como aprovado o  
663 encaminhamento? Ok, aprovado. Vamos entender então que o planejamento do CEAS para 2013  
664 está aprovado. Nós precisamos tirar aqui o nome dos conselheiros que irão representar o CEAS  
665 nas demais comissões e organizações que existe. Hoje o CEAS está no a CIB, COGEMAS, Bolsa  
666 Família, FECTIPA e FEM. Como nós estamos revendo todos os representantes dessas comissões,

667 qual o conselheiro se habilita estar presente nessas comissões? Lembrando que CIB, COGEMAS e  
668 FECTIPA são mensais. CIB e COGEMAS então Marcelo e Geraldo. Ana Paula FECTIPA.  
669 COGEMAS, quem é o representante do COGEMAS? Marcelo também. Bolsa Família, Márcio e  
670 Cristiane. Então essa é a realidade atual. Marcelo está se candidatando novamente à CIB e  
671 COGEMAS, se coloca à disposição caso não tenha ninguém. FECTIPA, conselheiro Márcio.  
672 CRISTIANE - O FEM que é o Fundo de Erradicação da miséria não tem uma periodicidade, mas  
673 já me disse que tem uma reunião marcada para dia 04, segunda feira. JUANITA - A Cristiane vai  
674 permanecer no FEM, mas ela não tem disponibilidade em ir nessa primeira reunião. Alguém tem  
675 disponibilidade em ir à primeira reunião? Nós temos uma nova colega da SEPLAG, Clodoália.  
676 ROBERTA - Só lembrando que a sugestão de participação é sociedade civil. JUANITA - Senhor  
677 George está se oferecendo. Então nós temos o Marcelo representando a CEAS na CIB e no  
678 COGEMAS, Márcio no Bolsa Família, Ana Paula no FECTIPA e Cristiane com o apoio do Senhor  
679 George no FEM. Aprovado Senhores? Marcelo sugere que cada um tenha um suplente, e na sua  
680 impossibilidade o suplente é acionado. Podemos? Então fica a dupla de conselheiros, Marcelo e  
681 Geraldo CIB e COGEMAS. FECTIPA com Ana Paula e FETAEMG. Bolsa Família Márcio e suplente  
682 Volney. O FEM Cristiane e Senhor George. Representantes e seus respectivos suplentes  
683 aprovados. Fechamos então o ponto "B" do planejamento. Sugiro que fechamos a questão dos  
684 informes para depois sairmos. Quem tem informe, por favor? Marcelo, Geraldo. MARCELO - O  
685 informe que quero dar é simplesmente para dizer à vocês que o CRESS deixou o matéria para  
686 todos os conselheiros, de uma revista que temos trabalhado com ela, e é um material muito rico. E  
687 esperamos que com esse material o CRESS possa estar contribuindo para o crescimento do nosso  
688 conselho estadual. SECRETÁRIA EXECUTIVA - Todos receberam um informe que é uma síntese  
689 da prestação de contas relativa diária. Por que isso? Pois nós estamos tendo uns pequenos  
690 desafios em relação à esta questão da secretaria executiva. Então aqui está explicando desde o  
691 processo de como encaminhamos esse planejamento, da planilha, da aprovação d câmara, do  
692 prazo. Nós temos que ter uma prestação de contas em cinco dias. Ou seja, o conselho tem que  
693 entregar pra gente a passagem de ônibus, ou se foi com o carro oficial, tem que trazer o relatório  
694 desta viagem. Peço aos conselheiros que leiam e se tiverem duvidas procurem a secretaria  
695 executiva, e mais um pedido, que respeitem os prazos de prestação de contas. Pois nós viramos o  
696 ano devendo prestações de contas, nós conseguimos reverter isso mais foi um transtorno, e isso  
697 compromete o planejamento. E ainda, não vai ser liberada diária para conselheiro de forma  
698 antecipada se coincidir duas prestações de contas paradas. De uma agente aguarda porque talvez  
699 tenha uma próxima plenária e a pessoa está trazendo o comprovante. Agora deram duas plenárias  
700 não será liberado. ANÁLIA - Só um informe também sobre a ficha cadastral que está na pauta.  
701 Favor todo mundo preencher completa porque ela é de extrema importância para inserir os dados  
702 no CADSUAS. ROBERTA - Eu queria acrescentar sobre a questão de diária. Como eu e Juanita,  
703 sou ordenadora de despesas, nós tivemos orientações e não foi só nas duas subsecretarias, foi

704 orientação da SEDESE como um todo. Esta questão de prestação de contas. Quando a  
705 Consolação coloca que vai ser inviabilizada a terceira viagem se estiver devendo prestação de  
706 contas, eu queria chamar a atenção dos senhores, isso recai no ponto de vista da não prestação  
707 de contas em cima do ordenador de despesas. E como é um ano em que estamos com  
708 planejamento de atividades dos conselheiros, intensa devido às conferências, isso tudo pode ser  
709 inviabilizada a participação do conselheiro. Tendo em vista a não prestação de contas. Se o  
710 conselheiro fizer disso uma rotina, chegou e guardou todos os comprovantes e entregou na  
711 secretaria, isso é um fluxo automático. Na medida que ele vai deixando acumular, ele vai ficar  
712 prejudicado na sua função de conselheiro. Porque ele está sobrecarregando os ordenadores de  
713 despesa. Pois quando há a não cobrança, quem paga é o ordenador de despesa. JUANITA -  
714 Gostaria de informar que a SEDESE vai realizar o seminário dos novos gestores de 2013 a partir  
715 do dia 19 de fevereiro e vai até o dia 27 de março. Nós estamos indo em 19 regiões conversar com  
716 os gestores preocupados com essa situação, pois no âmbito dos 853 municípios, nós tivemos 673  
717 que mudaram os gestores. E nós estamos recebendo muitas visitas na SEDESE e essa visita, de  
718 completo desconhecimento. Para isso nós preparamos um seminário urgente. Esse seminário não  
719 vai ter o caráter de capacitar, pois achamos que não é o momento, mas é um caráter de apresentar  
720 o SUAS aos novos prefeitos e os novos gestores. E mostrar para os novos gestores como está o  
721 SUAS no seu município. E passar as informações. O que implica no fechamento de um CRAS, de  
722 um CREAS, de como funciona a lógica da assistência, o município recebe o recurso de quem, da  
723 fonte federal, da fonte estadual, para qual serviço. Este seminário inicia dia 19 de fevereiro,  
724 estamos fazendo com o apoio da MM para ver se tem a participação de prefeitos neste seminário,  
725 considerando a relevância e importância, visto que os gestores vieram à SEDESE nos procurar  
726 com o mais completo desconhecimento. Em Belo Horizonte os seminário vão acontecer na cidade  
727 administrativa. Passando para o ponto "G" eu peço permissão para passar ele para cima. Está  
728 assim: incluir o ponto, representação para a reunião generalizada do CNAS em São Paulo.  
729 CONSOLAÇÃO - O conselho nacional deliberou por uma agenda a partir deste ano com a nova  
730 presidência que vai fazer encontros regionais em todo Brasil. E está iniciando com a região sul e  
731 sudeste, ele até mandou um ofício perguntando qual cidade poderia sediar entre esses desta  
732 região, e São Paulo sinalizou que vai sediar essa reunião. E para isso São Paulo pediu o indicativo  
733 da representação porque eles estão vendo espaço, logística e tudo necessário para a realização  
734 deste evento. JUANITA - Está previsto para o mês de março. Nós poderíamos colocar um  
735 representante do governo e um da sociedade civil. A Roberta esta se candidatando para governo e  
736 Cristiane está se candidatando da sociedade. Damos encerrada esta primeira parte da reunião.  
737 JUANITA - A reunião de hoje estamos com a pauta bastante resumida, a letra D, nós vamos iniciar  
738 a apresentação dos trabalhos da comissão de ontem, a comissão de política não tem nenhuma  
739 ação para deliberação então nos vamos para o ponto D2 que é normas, quem tá coordenando  
740 normas, eu quero fazer uma pergunta. Sim conselheira? ROBERTA - A discussão da nova NOB ela

741 está em que comissão? Porque se a comissão de política fala que não tem nada, pensar numa  
742 estratégia em como discutir a nova Norma Operacional Básica com os municípios e no mínimo  
743 tinham que apresentar alguma coisa, não? Tô errada? JUANITA - tá certo! Na verdade eu tô  
744 entrando nesse, a secretária executiva esta colocando que está no planejamento e vai para a  
745 comissão de política da nova NOB 2012. Tá perguntando quando Consolação olha aí, por favor!  
746 (falas ao fundo). Conselheira Roberta é para março. O planejamento. Tem alguma sugestão? Tem.  
747 Você recebeu o planejamento lá e passou despercebido. ROBERTA - na verdade presidente eu  
748 vou ser sincera eu não li. Com os meus afazeres às vezes me leva a esta displicência. JUANITA –  
749 aceita as justificativas. ROBERTA - Nessa proposta nossa com a SEDESE de encontro com as  
750 prefeituras, nós estamos pautando pelo menos o documento da NOB? JUANITA - está sendo feito  
751 realizado uma coletânea de legislação, digamo assim as mais importantes e dentro dela, a nova  
752 NOB2012. ROBERTA - vai ser entregue? JUANITA – vai. ROBERTA - então satisfaz. JUANITA –  
753 Já está rodando a coletânea de legislação. MARCELO - Então já podemos começar a Comissão de  
754 Normas, o ponto 1 estamos apoiando, teve um planejamento da mesa diretora em 14/01, foi  
755 encaminhado a proposta a todos os conselheiros, verificar-se a contribuição, não houve indicativo,  
756 ou questionamento de alteração por conselheiros da comissão de normas, no planejamento de  
757 2013, mesmo porque este planejamento já passou hoje aqui. Já! 2 Entidades, 2.1, continuidade de  
758 inscrição de entidades conjunta com a comissão de política e normas, considerando que parte de  
759 integrantes estava, isso nem precisa dizer, foi acordo entre os presentes, o encaminhamento da  
760 cartilha do CNAS, das resoluções 16, perguntas e respostas, a secretaria executiva encaminhará  
761 para todos os conselheiros, solicitando destaques e ainda com resgastes pelo CEAS, pelo  
762 conselho municipal. O que é isso gente, nós sentamos ontem as comissões de normas e política e  
763 nós estamos fazendo reuniões, segunda ou terceira reuniões sobre inscrição de entidades, e é  
764 uma discussão muito rica, ontem sobre este tema e ao final o conselheiro Geraldo, sugeriu e foi  
765 acatado por todos, que nós pegássemos aquela cartilha do CNAS, e mais outras resoluções com a  
766 16, de que também tem um material lá que trata de perguntas e respostas, a secretaria executiva  
767 irá fazer um consolidado deste documento irá repassar para nós e iremos contribuir para a próxima  
768 reunião que essa contribuição nós estamos pensando que até dia 27 de fevereiro, poderemos  
769 discutir em uma reunião das duas comissões, extraordinariamente. Dia 27 é um dia antes da  
770 plenária. JUANITA - É eu vou só me caber a perguntar, vocês me esclarecem? como eu estou  
771 retornando agora. Esse grupo de trabalho para discutir sobre inscrição de entidades é a dificuldade  
772 dos municípios estão apresentando com relação às entidades, que esta comissão irá dá a este  
773 plenária alguma indicação de alternativa, é isso? OK! CONSOLAÇÃO - Não é a inscrição como um  
774 todo, ele foi criado para discutir estes gargalos da inscrição, comunidade terapêutica, a questão da  
775 creche que estava voltando, associações rurais, era isso aquilo que não consegue ser incorporado  
776 na resolução. JUANITA – Então, aqui não tem nada para deliberar? MARCELO - é simplesmente  
777 para que haja contribuições para o dia 27 para que possamos trabalhar neste dia. JUANITA – Ok.

778 MARCELO - 2.2. Análise técnica da Associação Unificada de Recuperação e Apoio, AUREA,  
779 município de Belo Horizonte. A entidade Aurea, encaminhou no dia 12/11/12, e-mail solicitando  
780 reunião com o CEAS, para conversar sobre o indeferimento de sua inscrição pelo conselho de Belo  
781 Horizonte. A mesa diretora do CEAS, avaliou a correspondência e encaminhou à comissão de  
782 normas por entender que é um recurso da entidade. Segundo o disposto na resolução 362, que  
783 dispõe dos recursos necessários para análise de recursos, foi solicitado no dia 4/12, copia de todos  
784 os documentos protocolados pelo conselho municipal, bem como copia de todos os protocolos. Foi  
785 realizado uma análise técnica, pelo técnico Angelo e referendando toda a análise realizada pelo  
786 conselho de Belo Horizonte, quando este conselho indefere o pleito na área de assistência social.  
787 A associação unificada de recuperação de apoio AUREA, é uma entidade de saúde e deverá  
788 procurar o Ministério da Saúde de como proceder e fazer jus ao seu certificado de beneficência. O  
789 encaminhamento que foi dado pela comissão, a comissão sugere encaminhar à entidade que ele  
790 apresente um projeto, programa, serviço e benefício, conforme disposto no artigo 11 da resolução  
791 16, onde temos as entidades sem fins econômicos, onde tem atuação preponderantes na área da  
792 assistência social mas que também deverão inscrever seus benefícios, programas, projetos, além  
793 de demonstrar que cumpre os critérios do artigo 6 e 7 da resolução para apresentação. A inscrição  
794 do projeto, programa e benefício, poderia vir a atender a resolução 109, quanto ao serviço de  
795 proteção social básica. JUANITA - Bom! Aí eu vou querer esclarecimentos, na verdade ela solicitou  
796 ao conselho municipal inscrição, e ela foi negada, aqui nós estamos dando um parecer técnico  
797 referendando a análise que foi feita pelo conselho, ao mesmo tempo nós nos respotarmos à  
798 certificação que é outra coisa. MARCELO - Não! A resolução 16, ela fala da inscrição de  
799 programas, projetos nos conselhos municipais. JUANITA – Sim. MARCELO - que o técnico da  
800 secretaria executiva entendeu é de que realmente deve-se indeferir a inscrição da entidade no  
801 conselho de Belo Horizonte, porque a entidade é de saúde, mas ao mesmo tempo ao encaminhar é  
802 para a entidade indeferindo, olha, mas se você tem projetos e programas na área da assistência  
803 social, então que você elabore este projeto, programas e serviços encaminha para o conselho para  
804 fins de inscrição. JUANITA - Pois é! Mas na hora que ele apresenta os documentos para inscrição  
805 no município ele tem que apresentar o plano de atividade e nesse plano de atividade fala de todas  
806 as atividades que essa entidade desenvolve. Se tivesse, alguma atividade vinculada à assistência  
807 social, estaria descrita no plano de atividade ou não? A desculpa Roberta! ROBERTA - Só para  
808 clarear Juanita, o que foi analisado é que a essência dela é de saúde, pronto acabou! Aí a partir daí  
809 ela pode inscrever um projeto. Por exemplo, eu posso ser da saúde e ter um projeto de assistência.  
810 Mas não pode inscrever a atividade ele não pode. Ele é da saúde e tem uma atividade da  
811 assistência. JUANITA - Eu entendo! Ele inscreve a entidade ou o projeto da entidade. A forma é  
812 essa, mas no documento que ele entrega para a inscrição tem o planejamento dela anual. No  
813 planejamento se ele tivesse essa atividade que entra no âmbito do SUAS, estaria no plano de  
814 atividade, a lógica é esta. Então é orientar o município a fazer a inscrição do projeto daquela...

815 Não? ROBERTA - A minha dúvida está no encaminhamento dessa inscrição. Porque, quando a  
816 entidade encaminhou para cá, e a mesa diretora encaminhou para a comissão de normas, ela  
817 entendeu que seria um recurso que ela estaria fazendo, ai abre-se um processo, ai pediu-se toda a  
818 documentação, ai o técnico analisou isso e fez uma sugestão de encaminhamento para que seja  
819 deliberado aqui. Não foi orientado ainda nada á entidade. Não é isso que eu estou perguntando?  
820 Então o que nós estamos discutindo aqui e nós podemos decidir é se nós votamos na análise que  
821 o técnico fez, concordando com o indeferimento e em seguida um outro encaminhamento e aí  
822 orientar, sendo esta a divergência que estamos tendo. É isso que eu estou entendendo. MARCELO  
823 - A análise técnica ela diz que concorda com o indeferimento da entidade, mas que caso a entidade  
824 venha querer se inscrever na área da assistência social, que ela o faça através de programas e  
825 projetos ou benefício, caso ela queria. JUANITA - Então que esse plenário tem que deliberar é  
826 referendando o parecer do conselho municipal de assistência e a outra coisa orientando a entidade  
827 a possibilidade de inscrever no conselho o projeto. Tá claro para todos senhores? CRISTIANE - Só  
828 queria saber a Associação Unificada de Recuperação e Apoio que é a AUREA, mas qual é a ação  
829 que ela desenvolve? O que ela faz? TÉCNICA ROSALICE - A associação AUREA, trabalha com  
830 crianças e adolescentes com câncer, com essas crianças que veem do interior, que vem em  
831 tratamento aqui, então eles abrigam essas famílias, são as crianças e seus responsáveis, aí pela  
832 sua fala Juanita, eles não apresentaram nenhum programa e projeto, só as ações e nenhuma das  
833 ações indicava alguma coisa na aera da assistência social. Que eles fazem atendimento  
834 psicológico. Tem a área... tem um atendimento da assistência social para amnesia, tem  
835 brinquedoteca, alimentação, mais nada direcionado a um programa na área da assistência social.  
836 JUANITA - Conselheira Anália. ANÁLIA - Eu quero dividir com vocês uma preocupação, quando a  
837 entidade vem buscar essa inscrição no conselho, porque que ela vem buscar essa inscrição?  
838 Principalmente porque tem hora que é muito difícil de nós falarmos assim, é saúde é assistência,  
839 olhando pelo estatuto sim! Mas quando vimos que tem uma casa que acolhe a família daquela  
840 pessoa que está doente, e a doença é situação de extrema vulnerabilidade, eu não consigo isso de  
841 forma separada, entendem! Não consigo de forma alguma. Lá em Campo Belo, nós temos uma  
842 casa, e Campo Belo é polo então nós abrimos uma casa e tem apoio de toda a comunidade, da  
843 assistência da saúde, para as pessoas tomarem banho, dormir, descansar, enquanto as crianças  
844 estão na UTI, no hospital, então não existe nada puramente saúde, puramente assistência,  
845 puramente educação. É a primeira cidade do Estado de Minas a fazer a parceria do cartão aliança  
846 pela vida, que é o repasse de 900 reais para comunidade terapêutica para cada pessao que está  
847 em tratamento, 15, 30, 40 pessoas dependendo da demanda que ela atende e o conselho, chegou  
848 a conclusão que ela tinha que inscrever o serviço de convivência das comunidades terapêuticas,  
849 porque o conselho enxergou que nós tínhamos que enxergar estas comunidades como, que ela  
850 tem 4 e ela vai atuar em nível regional, porque as outras não estão organizadas, então eu fico  
851 expressamente preocupada quando dizemos, vai lá para a saúde. A saúde não dá atenção que nós

852 estamos dando aqui, este olhar sistêmico, este olhar ampliado, é só colocar isso, que é o nosso  
853 papel e fazer esta articulação e enxergar o todo. GERALDO - Eu não quero lançar dúvidas sobre a  
854 análise técnica que foi feita, penso eu que a primeira coisa que temos que ver é o que  
855 estatutariamente se define como preponderância da categoria comum, porque aí, quando você fala  
856 de criança acometida da doença do câncer, primeiro nós estamos falando de prioridade absoluta,  
857 lembramos do artigo 4 e do 227 da constituição federal, segunda posição ele quando criança até a  
858 adolescência ele é sujeito do direito no sentido transversalizados de receber todas as políticas de  
859 sociais básicas, e eu não está na AUREA com toda a certeza sem dúvida nenhuma para receber  
860 tão somente o serviço de saúde, ele está em um casa que o acolhe no modelo de centro de  
861 convivência. Acolhe não só para dá a ele o tratamento, mesmo porque o tratamento do câncer, a  
862 pessoa pode ficar até em casa, hoje já existe clinicas de saúde médica que fazem o tratamento em  
863 casa, usa equipamento para a pessoa ficar em casa. Eu penso que no nosso olhar, e pode ter  
864 certeza que é outra certeza que eu dou, 90% das pessoas são pobres, financeira e  
865 economicamente falando, então eu já sei o publico alvo da assistência social pela própria  
866 desigualdade social e pobreza, então é bom termos um olhar para o qual foi concebido a LOAS, o  
867 que não dá friamente fazermos vice e versa e penso até que em um caso desses, tem um sentido  
868 transversalizados de situações e poderíamos conversar com técnicos especializados no assunto,  
869 para que nós pudéssemos a socorrer, ela já vem impedida de recurso. É até bom saber que Belo  
870 Horizonte fez isso, para dá parecer, porque estritamente um técnico deu parecer com base em  
871 diretrizes nacionais que é totalmente absurda, eu so faço este repasse, se antes de alguém  
872 concordar com minha fala, gostaria de fazer diligencia ao processo. CRISTIANE - É já fui  
873 contemplada com algumas falas, mas eu gostaria de sugerir, que seja colocado o encaminhamento  
874 para esta questão, porque eu perguntei qual é a ação e quando falou é uma casa de apoio, e de  
875 onde vem essas crianças, provavelmente elas veem no interior para tratamento aqui em BH, o que  
876 é mais certo né. Então fazendo uma discussão, fazer esta discussão com a saúde, a equipe técnica  
877 sugeriu que eles buscassem junto à entidade, junto à saúde a questão da certificação, eu já falo  
878 para vocês de uma vez que a saúde não reconhece este tipo de serviço, ela não reconhece, leito  
879 de internação, tratamento e procedimento. Ela reconhece procedimento. Não reconhece esses  
880 serviços que são serviços de apoio, então o que nós colocamos na relação talvez o que esteja mais  
881 fácil, que a entidade resolva isso, mas quem é que tem que resolver isso, é as políticas públicas.  
882 Acho então que este conselho tenha que discutir com saúde uma vez que ela faz parte deste  
883 conselho, uma vez que estes serviços não estão contemplados nessas políticas. CONSOLAÇÃO -  
884 Por mais que o tema realmente comava e realmente, tem o seguinte, o técnico e aí a análise  
885 técnica irá se pautar em uma normativa, por mais que nós não queremos concordar e a discussão  
886 ontem da inscrição foi neste sentido, dessa linha tênue que tem a questão da assistência e a  
887 questão da saúde. Só que a saúde tem isso sim, ela tem na política dela casa de apoio, ela tem  
888 este parecer dela inclusive sai da secretaria de saúde não só da comunidade terapêutica assumir

889 isso, mas ela também assume essas casas de apoio, inclusive o Mário Pena, tem isso voltado à  
890 saúde também. Então na hora que fazemos o parecer e nós vamos analisar e analisa o estatuto, o  
891 plano de trabalho, o trabalho terapêutico e as ações sociais, são sociais mas não de assistência,  
892 pois felizmente ou infelizmente o profissional de serviço social que esta em todo o lugar, muitas  
893 vezes traz para si esta conotação da política pública de assistência e não há uma verdade hoje  
894 dentro da legislação. Então se pegarmos a legislação hoje, isso foi feito, a análise que foi feita, ela  
895 realmente esta correta. Belo Horizonte, inclusive elogia todo o trabalho dentro da legislação, posto  
896 isto, de acordo com a discussao de ontem, se o conselho quiser tomar decisões, inclusive decisões  
897 políticas e diretrizes diferentes técnicas da secretaria executiva é uma ou outra situação.  
898 ROBERTA - Eu quero falar um pouco Consolação em cima da sua palavra, que é o seguinte,  
899 análise técnica, ela vai para a comissão, comissão de conselheiros, então o que nós estamos  
900 entendendo aqui, a comissão concordou com a análise técnica, e aqui nós estamos divergindo, e  
901 aqui quando nós fazemos esta discussão nós não estamos dizendo que a analise técnica está  
902 errada ou não. Não é essa a discussão, pelo contrário que é por isso aqui, quando se traz para cá  
903 para deliberação desse colegiado que é a questão da decisão política que se toma, porque quando  
904 ela saiu da comissão técnica, ela foi para a mão de um grupo de conselheiros, e lá eles trouxeram  
905 mesmo concordando com a análise técnica, poderiam, por exemplo, a comissão como muitas  
906 vezes acontece discordamos disso aqui e vamos trazer outra coisa, não precisa vir nem analise  
907 técnica, porque ela passa pelo crivo. A perspectiva é que nós estamos fomentando essa discussão  
908 para nós não deliberarmos e tomarmos cuidado e se for o caso retira-se até de pauta, para  
909 aprofundar, porque a nossa preocupação, quando estamos colocando está acima da questão da  
910 legislação. Até porque se a legislação não está dando conta do atendimento do pobre nesta  
911 questão ai, nós estamos dizendo, para porque essa legislação, porque se formos ver so o rigor da  
912 legislação, não temos nem que ver a deliberação deste colegiado. Porque aqui esta equipe técnica  
913 é bem rigorosa nesta questão, porque ela se pauta pela luz, por isso se chama técnico, agora a  
914 minha sugestão é que tiremos de pauta, até pela delicadeza, até então beleza, então nós votarmos  
915 se for o caso, ai são duas posições, se vai para diligência ou vota a favor, e se for para diligência  
916 que ela venha com uma condição melhor e com uma agilidade porque certamente esta entidade  
917 está precisando. JUANITA - Conselheira Clodoalda, depois é o Marcelo. CLODOÁLIA - Gente eu  
918 vou ser bem prática. A SEPLAG, órgão que determina as diretrizes do Estado, nós temos que ser  
919 um pouco mais objetivo, neste caso eu não consegui o projeto de uma instituição, um projeto não  
920 tem identidade jurídica, ele tem, ele é executado dentro de algum lugar. A questão não é de negar  
921 a inscrição de instituição é saber se o projeto dela se enquadra, pode ser negado sim, dizendo seu  
922 projeto não se enquadra, na questão da assistência social, por isso foi negada, não negar a  
923 inscrição em si. E cabe ao conselho avaliar todas as ações que podem ser executadas  
924 simultaneamente a questão da saúde, porque não conseguimos separar o social do humano, isso é  
925 impossível e isso faz parte da evolução das políticas publicas valorizar o lado humano e uma

926 questão de uma criança com câncer humana em fase de terminal ou de tratamento é uma questão  
927 humana ou uma questão social, nós não podemos negar, então eu acho que cabe ao conselho  
928 fazer uma espécie de cartilhinha, essas ações cabem sim um registro e começar a trabalhar isso  
929 com esse tipo de órgão, que cada vez mais aumentam e tratam a saúde e se ajudam com o  
930 tratamento da saúde. Isto é feito no hospital das clínicas, na santa casa, em diversos lugares que  
931 conhecemos isso é uma questão prática. O projeto não se cadastra sozinho, se cadastra por uma  
932 instituição jurídica, se é com fins lucrativos, sem fins lucrativos, não tem importância ele é vinculado  
933 a alguém e este alguém é cadastrado e nunca permitir este cadastro de projeto sozinho. Pois é,  
934 mas quem que será responsável. CRISTIANE - Essa Clodoália é uma das discussões que estamos  
935 tendo neste conselho e depois eu vou até sugerir, a secretaria executiva para te passar a resolução  
936 16 do conselho nacional de assistência social, que trata de inscrição de serviços, programas e  
937 projetos, nos conselhos de assistência, inclusive este ponto que você trouxe que um projeto não  
938 está vinculado a uma entidade é uma das discussões que estamos fazendo. É uma das discussões  
939 importante que de repente você poderia até fazer parte do grupo que está discutindo a questão das  
940 inscrições para poder contribuir nesse processo tá bom! CLODOÁLIA - É uma polêmica o controle  
941 do projeto, ele entregar o projeto e não acompanha. MARCELO - Essa é uma briga eterna viu  
942 conselheira, que nós estamos batendo aí. Olha conselheiros, a comissão ela ficou de certo modo  
943 tranquila e ao mesmo tempo, apreensivo com a deliberação que nós trouxemos aqui, tranquilos  
944 porque fizemos uma discussão muito rica, pela manhã, quando tratamos justamente destes  
945 aspectos, de que as normativas elas veem com a pá de cal no trabalho que as entidades fazem e  
946 na prática nós vamos verificar uma determinada situação essa entidade ela fica a mercê de  
947 recursos públicos para funcionar e conseqüentemente ela não consegue inscrição e recursos para  
948 funcionar e aí entramos nos aspectos das comunidades terapêuticas, das creches que foram  
949 amplamente discutida hoje pela manhã e quando nós vamos tratar deste tema, a comissão de  
950 normas, sobre esta entidade especificamente, as normativas que tratam sobre inscrição de  
951 entidades na área da assistência social, esta entidade ela esbarra nas normas. Eu vou ler só o  
952 artigo segundo do estatuto dela. A AUREA fará no escopo no sentido universal da saúde,  
953 valorizando a vida e compreendendo os princípios da bioética, tendo como missão contribuir para o  
954 tratamento de câncer infante juvenil, é o que está dentro dos objetivos da entidade e quando  
955 vamos também nos planos que ela pratica você verifica também que é tudo voltado para a área da  
956 saúde. A Consolacao explicou as normas da saúde para este porte, também na área da saúde,  
957 todo este arcabouço nos deu condições de vir aqui hoje e trazer este encaminhamento, de  
958 acompanhar a análise técnica do deferimento. Entendemos lógico que haverá por parte, inclusive  
959 no dia da comissão que nos estávamos trabalhando, levantamos inclusive a proposta, porque não  
960 façamos diferente em Minas Gerais, porque que Minas Gerais, então não cria o instrumento que  
961 possa dar condições para estas entidades poderem participar, mas a posição da comissão de  
962 normas é pelo indeferimento, acompanhando a análise técnica, se tiver conselheiros da comissão

963 de normas que tiver posicionamento diferente, fiquem à vontade, porque a nossa coordenadora não  
964 pode está presente. JUANITA - Conselheiro Volney. VOLNEY - como o Geraldo sugeriu e a  
965 Roberta retirar isso de pauta e ir para diligência. Eu também proponho. Dispensar diária para fazer  
966 uma visita, eu queria entender como a Aurea funciona na Contorno, como eles estão fazendo este  
967 abrigo naquela casa lá. Eu quero entender porque a mega construção em Juatuba está  
968 suspensa há mais de oito anos. Tá lá um grande elefante branco em Juatubá na 262, e eu quero  
969 entender isso melhor, antes que este conselho delibere. Qual é a capacidade de atendimento, de  
970 onde estão vindo estes meninos, qual é o tempo que eles ficam em BH, se tem cursos, agora o que  
971 eu quero entender, é porque a coisa está parada em Juatuba. JUANITA - Tudo bem Volney! Só de  
972 trazer uma reflexão neste conselho no sentido de: a inscrição de entidades nos conselhos  
973 municipais hoje é um gargalo, um problema, nós temos uma entidade que teve seu pedido  
974 indeferido por um conselho municipal de Belo Horizonte, porque seguiu na íntegra as normativas  
975 que trata dessa situação e conforme a Consolação falou também, o parecer técnico tem que ser  
976 embasado ao que tudo indica com base nas normativas e na documentação traz, mas como  
977 sabemos das dificuldades das entidades de enxergarem essa diferença, eu acho que tecnicamente  
978 nós temos que confirmar o indeferimento do município de Belo Horizonte. Portanto eu acho que  
979 não resolve só falar para o município e entidade que ele pode inscrever o projeto. Eu penso  
980 também que de repente se este CEAS chamasse esta entidade e saber dela que trabalho que ela  
981 faz, e talvez ela faça o trabalho, com certeza que a entidade deve fazer que é convivência e  
982 acolhida, isso é nosso, isto é da assistência, pode ser que não está no papel e tecnicamente tem  
983 que ser observado o que estão no papel, mas nós podemos ouvir da entidade, se ela faz este  
984 atendimento aí é orientá-la a colocar este atendimento no papel e aí encaminhar a este conselho.  
985 Mais alguém? Rose. ROSILENE - eu estou pegando a direção da Juanita, eu quero também chamar  
986 a atenção para que a assistência não pode assumir o que é responsabilidade da saúde. Como a  
987 Consolação colocou, tem a normativa da saúde que acolhe estes serviços, acho importante,  
988 também como Juanita falou ouvir a entidade, qual o serviço e saber como ela está trabalhando e  
989 assim fazermos os encaminhamentos, só chamar a atenção, porque ficou este cuidado, porque é  
990 pobre nem tudo a assistência tem que assumir, pois é da saúde. JUANITA - Conselheira Roberta.  
991 ROBERTA - Eu vou colocar em cima de experiência de entidade que eu conheci que faz o mesmo  
992 serviço que a Aurea, aqui em Belo Horizonte. Veja bem, aqui não está posto que nós vamos  
993 assumir responsabilidade que é da saúde não. O tratamento de câncer, etc. exato, então o que  
994 ela faz, ela possibilita o acesso destas famílias ao SUS ao que é normal. Aí a pergunta que nós  
995 precisamos pensar aqui é. O rico não vai ficar neste tipo de casa de apoio, o rico vem para cidades  
996 polos para fazer seus tratamentos, eles ficam na casa de parentes, fica em hotel, o pobre não tem  
997 o tratamento lá, ele vem pra cá e ele precisa de uma casa para comer, tomar banho e ser acolhido,  
998 que é da assistência gente. Ela nos documentos ela não pôs, claro, porque, quando criou a  
999 entidade ela criou e deu conta de manter e vem mantendo, tinha toda uma lógica para o CEBAS, e

1000 tinha toda uma outra lógica do que ela ta proposta hoje. O que nós precisamos aqui é orientar que  
1001 ela inclusive mande sua documentação, porque de fato ela faz um serviço que é da assistência.  
1002 Que é a acolhida, tomar banho, comer e da alimentação para o pobre que foi lá fazer, isso não é da  
1003 saúde, a saúde pode até dar, inclusive, a saúde dá o tratamento fora do domicilio que completa  
1004 quando o pobre chega aqui. Quando o pobre vem do interior, ele vem com um dinheirinho, ele  
1005 come nas estradas e chega aqui, nestas casas de apoio, tem uma relação com o município que  
1006 mandou tem uma relação com o município que tá recebendo para fazer o tratamento, e nós  
1007 precisamos saber o quê que é da assistência que nos vamos ter que instrui-los que colocar na  
1008 documentação para nós assumirmos. Assumir o que é da assistência. JUANITA - Conselheiro  
1009 Marcelo. MARCELO - eu estou achando ótimo isso aí, mais que isso vai, essa proposta que se faz  
1010 é de fortalecer mesmo o controle social, agora nós temos situações e precedentes de entidades  
1011 que passaram por aqui que nós tratamos com o rigor que nós estamos tratando agora, que isso  
1012 agora sirva de exemplo, para que as inscrições de entidades que vierem com indeferimento do  
1013 curso e que nós nos debrucemos e que ela so venha para a pauta, após toda uma inclusive visita  
1014 do conselheiro naquela entidade. JUANITA - Bom mais nenhuma inscrição, então ela será retirada  
1015 desta plenária, porque nosso conselheiro Geraldo, solicitou diligência. MARCELO - Só para  
1016 esclarecer, ao conselheiro, que eu quero pedir vistas, está no artigo 11 do regimento, e que ele terá  
1017 que apresentar uma proposta até a próxima plenária, viu conselheiro. (Falas ao fundo) GERALDO -  
1018 Eu gostaria de deixar aqui registrado Consolação, por favor, que seja encaminhado óbvio, com a  
1019 essência deste colegiado, que seja terça ou sexta feira uma reunião com o pessoal da Aurea, para  
1020 que eles possam esclarecer, e poderíamos ver também se a própria técnica se é possível participar  
1021 e aí sim nós iremos lá. (inaudível) nós queremos ver toda a situação de acolhimento e de tratativa,  
1022 inclusive o aspecto financeiro, porque o aspecto jurídico interpreta a preponderância pelo maior  
1023 gasto financeiro na atividade, e não pela preponderância pelo maior gasto na inatividade. E aí tem  
1024 juiz que vai querer ver. É só falar com ela para preparar a documentação para que quando a gente  
1025 for não precisar demandar mais tempo. JUANITA - Conselheiro Marcelo. Já acabou a comissão de  
1026 normas? (Falas ao fundo) MARCELO - Usinas, ponto 3, tem uma revisão que nós propomos sobre  
1027 o PAS Barragem e nos estamos propondo dia 6 de maio a reunião para fecharmos este  
1028 entendimento e no ponto B do item 3 o Volney ele apresentou correspondência sobre os  
1029 programas de PAS, nos programas voltadas a prevenção de gravidez, apresentando exemplo do  
1030 município de Conceição de Mato Dentro, que em matéria a cidade apresenta auto índice de  
1031 grávidas e mães solteiras. É só para esclarecer ao conselheiro Volney, que este tema estará na  
1032 pauta da reunião do dia 6, para vermos de que forma nós vamos propor esta situação. Dia 6 de maio  
1033 às 13hs. Ocorreu uma matéria em jornais do município de Conceição de Mato Dentro informando,  
1034 cidade mineira registra enorme aumento de grávidas e mães solteiras em função dos operários de  
1035 usinas que aparecem por lá. É de Mineradores, item 3.2... tá como encaminhamento... Item 3.2 -  
1036 UHE Risoleta Neves, Candonga, conforme deliberação da 175ª plenária ordinária do CEAS,

1037 ocorrida em Dezembro, a comissão de monitoramento do plano de intervenção da SEDESE será  
1038 composta por membros de cada comissão do CEAS e representantes da SEDESE. A – As  
1039 comissões indicarão aos representantes na plenária de fevereiro. B - a SEDESE em resposta ao  
1040 ofício 310 do CEAS indicou as servidoras, Rosilene de Fátima Teixeira Oliveira e Cláudia  
1041 Aparecida Maia Saturnino Muniz para compor a comissão. A partir da composição da comissão de  
1042 monitoramento é necessário definir data para reunião dessa comissão de normas, com o objetivo  
1043 de criar metodologia para o monitoramento do plano da SEDESE, comunidade nova Soberba. A  
1044 comissão de normas indicou o Marcos Caldeira e o Volney, comissão de política, nós ainda temos  
1045 que indicar a comissão de apoio e a comissão de orçamento é indicar o nome dos seus  
1046 representantes vocês é quem sabe. (Falas ao fundo) CRISTIANE - Comissão de orçamento  
1047 reunida ontem elegeu o conselheiro João Ademar, como representante para o trabalho do grupo.  
1048 M<sup>a</sup> DE LOURDES - Ontem nós discutimos sobre isso e eu fiquei de olhar com a Adriana se ela  
1049 poderia fazer este trabalho, ontem ela não estava presentes e segunda-feira ela estará na  
1050 secretaria e eu falo para ela e mando um e-mail, da SEAPA, ela é a titular. (Falas ao fundo) Então,  
1051 Adriana Rocha. JUANITA - então nós... ela não é do apoio? (Conversas dispersas ao fundo) Tá  
1052 difícil né gente. Ela é de onde? A Gilvâna representa a comissão de apoio? MARCELO – OK.  
1053 VOLNEY - ouve minha indicação. Fiz a formação na mediação e estive lá em Candonga. E a  
1054 Fatinha acho que ela quer manifestar. Ela é da comissão de política. Então, por gentileza se... M<sup>a</sup>  
1055 DE FÁTIMA -Juanita, eu estava conversando com o Volney, se ele não se importasse se eu  
1056 participasse desta comissão. Eu tenho muito interesse, porque devido eu está perto de Ponte Nova  
1057 e meus colegas lá, eu tenho muita vontade de participar, e já venho acompanhando isso. JUANITA  
1058 - Na verdade vocês dois são da mesma comissão, aí vocês terão que entrar em um consenso. M<sup>a</sup>  
1059 DE FÁTIMA - ele abriu mão. Ele disse que pode e eu apoio. JUANITA – tá tranquilo para o  
1060 Conselho? Porque é a comissão que decide, agora nós vamos, eu vou pedir a Cristiane que  
1061 termine, pois estou esperando uma ligação. CRISTIANE – Só pra esclarecer gente. A indicação é  
1062 da comissão, a comissão de política tem que fazer essa indicação. Oh Fátima não é isso, não é o  
1063 Volney quem decide. Quem vai decidir se muda ou não é a comissão. MARCELO - Eu quero fazer  
1064 uma reflexão, o Volney acabou de falar aqui que participou de todo o processo de mediação.  
1065 JÚLIO CÉSAR - Só esclarecendo antes nós havíamos conversado e nós decidimos pelo Volney.  
1066 Essa da Fátima é novidade para mim porque eu não estou sabendo. (fora do microfone) Tá mais  
1067 não é coisa da comissão. A comissão decidiu pelo Volney. CRISTIANE – Ok, Júlio. Fátima,  
1068 prevalece a decisão da comissão. Nós temos que ter clareza, que quando a comissão resolve, para  
1069 mudar qualquer coisa tem que ser a comissão e na súmula da comissão. Então OK, Marcelo! M<sup>a</sup>  
1070 DE FÁTIMA - Com licença eu vou justificar que, eu estou observando que, eu estive na comissão  
1071 ontem, fiquei até o final e isso não foi pauta da comissão ontem, para o plenário hoje, então eu  
1072 estive da comissão o tempo todo, saímos daqui dizendo que a plenária iria indicar um nome, aí a  
1073 Nilce falou comigo assim “Fatinha, nós estamos indicando o Volney”. Aí eu conversei com o Volney

1074 e falei “Volney você não importaria da gente entrar em acordo e eu acompanhar?” E eu gostaria de  
1075 fazer parte, desde quando começou o encaminhamento e eu manifestei minha vontade, so que não  
1076 foi definido em comissão, me desculpe viu amigo, você sabe muito bem que não foi definido em  
1077 comissão, porque eu estive presente até o final. É por isso que eu estou justificando. CRISTIANE -  
1078 A comissão tem que se pronunciar. (falas ao fundo) JÚLIO CÉSAR - Olha na comissão não foi.  
1079 Depois houve a conversa e aí sugeriu o nome do Volney no qual eu concordei que fosse.  
1080 CRISTIANE - então a Fátima tem razão. É melhor então proposta do Marcelo e da Roberta, que a  
1081 comissão de política decida entre eles, a indicação do nome e manifeste o nome até o final da  
1082 plenária. Ficou decidido que a indicação é da comissão, ai vocês encontrem um tempo para se  
1083 reunirem e até o final da plenária apresente o nome para a comissão de monitoramento das  
1084 intervenções de Candonga. OK! Marcelo. (Falas ao fundo) Nós vamos dá continuidade da  
1085 comissão e depois a comissão de política faz a indicação, tá gente vamos encerar este assunto  
1086 para a comissão de normas continuar. MARCELO - Item 3.3 PCH Fortuna 2, Guanhães Energia  
1087 SA, encaminhou ao CEAS, em 4/12/2012, solicitando parecer do CEAS nas tratativas por morador,  
1088 por cessão atingido pela PCH Fortuna 2 nos municípios de Virginópolis e Guanhães, conforme  
1089 encaminhamento da comissão de normas no mês de dezembro, foi consultado ao empreendedor,  
1090 por meio de correspondência eletrônica, em 12/12/2012, sobre o modulo rural da região, e se há  
1091 ao empreendedor a possibilidade de adquirir mais área para chegar ao módulo. Em resposta entre  
1092 13/12/2012, coordenador de negociações da Guanhães Energia S A, empreendedorra da PCH  
1093 Fortuna 2, informou que: “ em consulta aos vizinhos os mesmos não se interessam em vender  
1094 parte dos seus terrenos em módulo rural, da regioa a três hectares”, so para esclarecer aos  
1095 conselheiros, antes do encaminhamento que é esse morador, ele está na divida de dois  
1096 empreendimentos e ele exige que seja naquele local, ele não quer outra área, não há possibilidade  
1097 que ele vá para outra área, e o entendimento que nós tivemos la em dezembro, é que se houvesse  
1098 a possibilidade do empreendedor aumentar a área ele poderia então de ter condições de ter o  
1099 módulo rural, considerando que a área é de 2,33 e a área existente hoje porque o empreendimento  
1100 pasou para ele, só que o módulo rural daquela região é três hectares, ta faltando alguns  
1101 percentuais ai para se chegar a este módulo rural. Considerando o desejo do atingido para está  
1102 naquele local, e de que há necessidade do empreendedor, de dá um documento que garanta o  
1103 atingido naquele local, nos fazemos como sugestão do empreendedor adquirir a área com o  
1104 compromisso de adquirir o domínio também, por diante os domínios judiciais, ai nós citamos o  
1105 usucapião, porque se não se consegue uma escritura pública, o registro, de três hectares que é o  
1106 modulo rural, se faça de outra forma para obter o domínio através de outros mecanismos judiciais,  
1107 inclusive o usocapiao. Esta é a proposta apresentada pela comissão. JUANITA - Em discussão.  
1108 Encaminhamento é que o empreendedor adquira a área para depois por meio de mecanismos  
1109 judiciais. Sem discussão? Aprovar encaminhamento? Aprovado. MARCELO - 3.4, PCH Serra das  
1110 Agulhas, reunião da comissão de normas em 8/11/12, a SIGMA energia, empreendedor do PCH

1111 Serra das Agulhas, protocolou no CEAS em 5/10/12, adendo ao PAS Barragem com as propostas “  
1112 propostas de modificações sócio ambientais para atender a supram jequitinhonha no âmbito do  
1113 processo de licenciamento, com destaque da APP PCH Serra das Agulhas, e a inclusão de área  
1114 destinada a proteção de cavidades naturais no entorno do resevatorio. Por meio da  
1115 correspondência S.A 041/12, que encaminha o adendo o empreendedor solicita ao CEAS, a  
1116 inclusão dessas informações ao PAS, como também sua manifestação se necessário sobre o  
1117 adendo, ao plano de assitencia social PCH Serra das Agulhas, durante a referida reunião a  
1118 comissão, foi apresentada a análise técnica. A comissão fez os seguintes encaminhamentos,  
1119 solicitar parecer ao CMAS, de Diamantina e de Monjolhos, antes da manifestação do CEAS, foram  
1120 encaminhadas as solicitações, os ofícios, para o conselho Diamantina e Mojolhos. Não houve  
1121 respostas dos conselhos municipais. B, encaminhar correspondência á SUPRAM responsável pelo  
1122 empreendimento solicitando informações sobre a área que foi copilada para APP, foi enviado ofício  
1123 para a SUPRAM de Jequitinhonha em resposta a Superintendente regional Eliana Piedade  
1124 informou que “o processo de licenciamento ambiental, para o empreendimento PCA Serra das  
1125 Agulhas, ainda encontra-se em Analise ainda pela qual não enviamos copia do parecer único para  
1126 avaliação da nova APP, nós fizemos esta discussão pessoa e o que nós discutimos que este  
1127 adendo que o empreendedor solicita ao PAS, ele não intefere em nada aos atingidos do PAS, no  
1128 processo de ampliação, considerando essas APPS, que estao colocadas no plano de assistencia  
1129 social e também considerando que nossa resolução que trata do PAS barragem, ela diz que, toda  
1130 vez que houver uma modificação no plano de assistência social, o empreendedor deverá  
1131 encaminhar aquilo que ele pretende modificar e ele assim o fez e reportou a nós. A grande  
1132 preocupação que tivemos e aí encaminhamos o ofício, é de que essas áreas que estão sendo,  
1133 ampliadas de APPS, nesse adendo acrescentando, ela de alguma forma mexeria, ou prejudicaria,  
1134 aquelas pessoas que foram atingidas que constam do plano de assitencia social, e a resposta que  
1135 nos foi dada pela nossa técnica é de que não. De que não há qualquer prejuízo e/ou acréscimos  
1136 nas APPS, assim o encaminhamento que nós foi dado é de informar ao empreendedor que o  
1137 adendo foi avaliado e de que não se percebeu alterados dos impactos já previstos no PAS, e que o  
1138 adendo será incluído no plano após aprovado pelo CEAS. ROBERTA - Na regional que eu fui fazer  
1139 a discussão de Candonga, a minha sugestão é de que o CEAS não tem que manifestar questões  
1140 que são ambientais, gente. Por mais que partimos do achismo nós cometemos muito erro, porque  
1141 se ele tá pedindo alguma coisa que tem haver com a questão ambiental nós não temos que dá  
1142 pitaco, e dizer olha isso não deve ser incluído porque não tem haver com a política de assistência,  
1143 tanto que eu pedi para descer ali e ver o que ele estão pedindo, porque a intencionalidade do  
1144 empreendedor quando pede isso, nós não sabemos, pois quando estava no PAS de Candonga  
1145 questões que eram da assistência e estavam posto como condições no ambiental, eles iram fazer a  
1146 maior confusão, que quando vem para o PAS, de alguma questão lá ele tá aqui no nosso PAS,  
1147 assim e se der problema de constitucionalidade que é uma matéria que não temos que discutir

1148 sobre ela. Da mesma forma que nós não gostaríamos, por exemplo, de que eles apresentassem  
1149 qualquer coisa na área da assistência do ponto de vista para a questão ambiental, mesmo que  
1150 você fale assim, não afeta nada, sim, mas não afeta nada então por isso não vamos precisar por.  
1151 Essa é a minha sugestão aqui. Que não seja incluído e que assim, é do ponto de vista ambiental.  
1152 MARCELO - Nós fizemos esta discussão Roberta quando e nós até falamos assim, olha porque  
1153 isso está aqui, e então nós discutimos e a conclusão era de que a nossa resolução prevê que  
1154 qualquer modificação no plano de assistência social, deverá o empreendedor encaminhar para o  
1155 conselho, aquilo que está se propondo de modificação, se essa modificação que seja  
1156 socioambiental, ambiental se ela de alguma forma, ela mexe se ela, vier a mexer no plano de  
1157 assistência social e vier a mexer com os atingidos, por exemplo, se esta ampliando a APP, pode ser  
1158 que nessa ampliação de APP, alguma atingido já tinha tido alguma decisão anterior ou alguma  
1159 negociação com o empreendimento de uma área que antes não era APP mas que agora esta se  
1160 transformando em APP, levando-se em consideração este acréscimo, entendeu o alcance que, vou  
1161 explicar novamente, a preocupação nossa é a seguinte, se já houve uma área em que já foi  
1162 decidida pelo empreendedor, numa negociação, mas considerando, a necessidade de ampliação  
1163 por questões ambientais, tiver que ampliar as áreas de APP, e se essas áreas já foram negociadas  
1164 com o atingido, então nós temos que entrar neste processo. Falas ao fundo. Roberta não é  
1165 achismo em hipótese alguma. Se nós temos Roberta, se o empreendedor decidiu com o atingido  
1166 e nós negociamos com ele determinada área, aí vem uma nova legislação como foi o caso que  
1167 determinou que deveria ampliar as áreas de APP, se essas áreas de APP, se tem algum morador  
1168 que estava nesta área ou que pode ser contemplado nesta área ele é um atingido direto nessa  
1169 nova modificação. (Falas ao fundo). JUANITA - Conselheiro Márcio. MÁRCIO - não sendo repetido,  
1170 mas essa negociação da PCH ela iniciou nessa comissão em outubro e nós deliberamos lá em  
1171 novembro justamente delimitando os conselhos municipais de Mojos e Diamantina da  
1172 possibilidade ou não de não haver nenhum atingido, até para que essa comissão tomasse uma  
1173 atitude. A comissão entendeu que essa ampliação de APP, não competia à avaliação da comissão  
1174 nem do CEAS, a nossa preocupação é isso vai realmente ter algum atingido ou não se isso tiver,  
1175 terá alteração no PAS, então nesse sentido foi feita a solicitação aos conselhos municipais, para  
1176 que eles se manifestasse, que até o presente momento não o fizeram. JUANITA - Nós temos então  
1177 dois entendimentos diferentes, não é isso? Conselheira Roberta, você não concorda com o  
1178 encaminhamento que foi dado pela comissão. A colocação dela é diferente, você tem o  
1179 encaminhamento Roberta? ROBERTA - Eu fiz, eu disse que o meu encaminhamento é que  
1180 qualquer questão. Ele está pedindo pra fazer um adendo de uma questão que é ambiental,  
1181 expansão de APP, entendeu? É isso que estou falando, essas questões devem ser discutidas, ele  
1182 ta pedindo pra incluir isso no PAS nosso, e eu to dizendo, essas questões devem ser remetidas às  
1183 questões ambientais, nós não vamos, meu encaminhamento é contrario, é de não aceitar que ele  
1184 incluía isso no PAS, porque quando ele vai fazer a expansão de APP, por exemplo, pergunta

1185 básica, do ponto de vista da legislação, é obvio que se você fizer isso com APP, a legislação vai  
1186 prever se terá atingido lá ou não. A minha discussão é essa, olha se você está prevendo fazer uma  
1187 expansão da APP, OK! Então mande isso para o ambiental, tanto é que está em análise. Não sou  
1188 eu quem vou dizer se é possível ou não expandir, porque a intencionalidade eu to chamando a  
1189 atenção deste conselho, porque eu não sei a intencionalidade do empreendedor, ele pode falar que  
1190 pode falar que tá entrando com isso aqui por eu coloquei no PAS da assistência então eu preciso  
1191 disso ai. Nós não sabemos dessa intencionalidade, nós não sabemos nem da legislação  
1192 aprofundada, e não tenho duvida que qualquer que for a questão ambiental e de expansão ali, e  
1193 está em análise na SUPRAM é obvio que a análise vai ver se tem atingido ou não. Você está  
1194 entendendo?! JUANITA - Bom, conselheiros, como vocês podem perceber nós temos em cima  
1195 dessa situação do PCH Serra das Agulhas, dois encaminhamentos, um da comissão de normas  
1196 que responde ao conselho, que será acatada o adendo ao PAS social. Nós temos outro adendo da  
1197 conselheira Roberta, que devemos responder por não se tratar de assunto afeto à assistência não  
1198 será acatado o adendo ao plano de assistência social, é isso mesmo senhores conselheiros?  
1199 Marcelo e Roberta? MARCELO - Eu quero alcançar o que a Roberta está falando e que me fez  
1200 refletir, viu meus companheiros da comissão de normas, que na nossa resolução tenha que ter que  
1201 qualquer modificação do PAS tenha que vir para cá isso é pacífico, agora se os aspectos que  
1202 vieram para cá, que vieram a ser questões ambientais, e que de alguma forma altere a situação  
1203 dos atingidos no PAS, ai eu penso que nós temos que entender e aceitar o adendo, mas se nós,  
1204 considerando o que nós discutimos na comissão verificamos que essa situação não alcança os  
1205 atingidos e portanto essa modificação ambiental ela pode fazer a alteração que não vai mexer no  
1206 PAS, então não nos interessa alterá-lo. Eu quero cumprimentar a conselheira pela reflexão, e me  
1207 adiro a você. (Falas ao fundo) JUANITA - Então nós temos um único encaminhamento agora, os  
1208 demais conselheiros da comissão acatam essa reflexão, do conselheiro Marcelo, então nós temos  
1209 um único encaminhamento que é responder ao empreendedor que por não se tratar de questões  
1210 afetas a assistência nós não aceitamos o adendo ao plano de assistência. Em votação. MARCELO  
1211 - Não é que não aceita. JUANITA - Não acata. Aprovados senhores? Conselheiro Marcelo.  
1212 MARCELO - ah comissão de normas. Vamos aqui a um ponto complexo. Denúncia Sindibel,  
1213 Sindicato dos servidores públicos de Belo Horizonte. o Sindibel, por meio do ofício 1612 datado de  
1214 22 de janeiro de 2013, relata que o Município de Belo Horizonte está descumprindo o termo de  
1215 ajustamento de conduta, firmado com o ministério público de defesa do patrimônio pública, que visa  
1216 extinguir os tercerizados no serviço público municipal, principalmente aos cargos da secretaria  
1217 adjunta de assistência social e solicita ainda um posicionamento do CEAS, sobre a situação  
1218 relatada no ofício, conforme a conselheira, tem um grupo de técnicos que solicita a nomeação dos  
1219 técnicos que passaram no ultimo concurso, antes de aprofundar, e esclarecendo o que o SINDIBEL  
1220 questiona é o seguinte, a PBH, ela fez um concurso público para chamar assistentes sociais,  
1221 psicólogos e outras categorias se não me falhe a memória, mas que ao invés de chamar os

1222 técnicos ela ainda continua a prevalecer o contrato tercerizado com a AMAS, parece-me que é  
1223 isso, a AMAS tem os contratos de tercerizados para atender os serviços socioassistenciais e  
1224 baseado neste concurso então deveria ser chamado aqueles concursados. Antes de dá o  
1225 encaminhamento, eu presto uma informação que foi pedida pela conselheira Ana Paula que é a  
1226 nossa coordenadora que teve que sair, e pediu que informasse aos conselheiros, que hoje foi  
1227 publicado no diário oficial do município, a contratação de 44 profissionais de psicologia e que  
1228 daqui para frente serão chamados de forma gradativa, mas o encaminhamento da comissão,  
1229 conselheiros, o encaminhamento da comissão. Encaminhar ofício à PBH, solicitando a previsão de  
1230 ingresso de novos servidores, apresentando a deliberação ao CEAS, sobre a importância da  
1231 continuidade e a qualificação dos serviços, uma vez que a tercerizacao implica na qualidade de  
1232 recursos humanos. Só par esclarecer e tentar dá uma outra roupagem para esses  
1233 encaminhamento. O que nós discutimos era, se nós entendemos que a continuidade dos serviços  
1234 prestados baseado na NOB SUAS, que deva ser feito através de servidores concursados, e  
1235 considerando que o município de Belo Horizonte fez este concurso e que deveria ser, portanto os  
1236 equipamentos públicos serem através de concurso público é entendemos que o documento veio do  
1237 SINDIBEL de que realmente deveria ser através de personagens concursados, mas veio à  
1238 preocupação da competência que nós temos para adentrar na esfera administrativa dos serviços.  
1239 Então eu trago essa reflexão, penso que nos também não podemos nos calar, em cima desse  
1240 ofício que veio do SINDIBEL, e talvez o ofício que nós viemos a encaminhar seja um ofício, que  
1241 sensibilize o gestor de que os profissionais concursados eles possam trazer maiores ou melhores  
1242 qualidades ao serviço prestado. JUANITA - Em discussão o encaminhamento. Conselheira  
1243 Roberta. ROBERTA - Eu queria pedir que antes de enviar o ofício nós tivéssemos acesso ao edital.  
1244 Porque se você tem um edital de concurso, se ele está com a perspectiva de contratação gradual,  
1245 nos já vamos cair matando, eu acho que primeiro é conhecer o edital, segundo é se o edital ele foi  
1246 feito para contratação para políticas pública ou política de assistência social, temos que saber o  
1247 que nós vamos cobrar, porque o Sindicato está no papel dele, normal. De defender trabalhador, de  
1248 fazer o papel dele, ai esse conselho, eu penso nessa reflexão ai, de saber qual é a competência  
1249 que nós vamos entrar e se vamos entrar ter mais informação, até para desenhar o ofício, sob pena  
1250 de nós enviarmos um ofício com total ignorância sobre a matéria que nós vamos estar salientando  
1251 por uma manifestação do sindicato. JUANITA - Conselheiro Volney. VOLNEY - Quero trazer para  
1252 os conselheiros o seguinte. Nosso sindicato esteve no Sindibel. E o sindibel, nós relatou que a  
1253 Promotoria vem cobrando do gestor, e precisamos sensibilizar esta promotoria, para acabar com a  
1254 tercerização que é feita através da AMAS, o concurso Roberta, foi feito para preenchimento das  
1255 vagas dentro da assistência social, dentro, inclusive nem todas as vagas foram contempladas,  
1256 inclusive nem sei quantas vagas foram preenchidas, qual é o prazo para este concurso, inclusive o  
1257 próprio Sindibel, diz que o município de Belo Horizonte, a promotoria vem fazendo TAC, TAC, e  
1258 nós trabalhadores vamos ficando, estamos sendo prejudicados. Nós precisamos sim, sensibilizar a

1259 coisa ela veio na imprensa de uma forma muito veemente, então perai, se tem o concurso, ela  
1260 chama 44 e se são 254 vagas, qual é o cronograma de chamar este pessoal todo, Marcelo, se até  
1261 houe o concurso, chama 44 e se passaram quase 250, então vou ofertar, pois é exatamente. Então  
1262 eu quero trazer para estes conselheiros, que a tercerização da PBH é uma coisa de dá vergonha  
1263 em nós. É então sabe Roberta para refletirmos e sabermos que o ministério público pode  
1264 pronunciar e nós informar. JUANITA - Eu gostaria de fazer uma sugestão conselheiro Volney e  
1265 também para a comissão de normas. O fato é que este conselheiro recebeu uma denúncia do  
1266 sindicato, e temos uma conselheira desse CEAS, que é da comissão de normas, que é do  
1267 município de Belo Horizonte, que deu de acordo neste encaminhamento, então minha sugestão,  
1268 porque nós somos controle social, eu penso que nós temos que informar ao conselho municipal de  
1269 assistência social de Belo Horizonte, que este CEAS, recebeu a denuncia e que a denuncia é essa  
1270 e que esse CEAS quer saber desse conselho de Belo Horizonte sobre esta informação e o que o  
1271 conselho fez, porque é ai o controle social estadual, com o controle social municipal, ai nós vamos  
1272 ouvir do controle municipal de assistência quais as ações que foram feitas com o gestor, é! Com  
1273 relação a essa denúncia, aí eu trago para discussão de vocês. VOLNEY - Com muito respeito á  
1274 conselheira Ana Paula que não está presente, eu quero saber se ela está autorizada pela  
1275 Prefeitura de Belo Horizonte a dá essa resposta, e esse encaminhamento, eu acho que este  
1276 conselho precisaria de uma resposta oficial do Poder público de Belo Horizonte. JUANITA - O  
1277 Volney, o encaminhamento é da comissão e o que eu falei é que a conselheira é do município e tá  
1278 na comissão de normas, então ela participou dessa proposta desse encaminhamento. Eu estou  
1279 sugerindo a comissão a alterar o encaminhamento ao invés de solicitarmos informações ao gestor,  
1280 solicitar informações ao controle social do município. MARCELO - Eu penso que seria o mais  
1281 prudente neste momento, considerando as reflexões que foram colocadas muito pertinentes nessa  
1282 plenária, é de fato veio à denúncia do Sindibel, mas nós enquanto instituição, e antes de bater o  
1283 martelo e de encaminhar ao gestor, Prefeito, dizendo a ele o Prefeito contrate ao invés disso que  
1284 seja encaminhado ao conselho municipal, que é aquele legítimo para discutir esse ponto. JUANITA  
1285 - Conselheira Andrea. ANDRÉA - a minha sugestão é que a comissão antes de encaminhar este  
1286 ofício para o conselho, veja a validade desse concurso, se o concurso para ser admitido em dois  
1287 anos eles tem a prerrogativa de chamá-lo de acordo com a demanda deles, isso nós temos que  
1288 ver, por se não ficamos mal, pois estamos acatando uma denúncia, tudo bem que seja verídica ou  
1289 não, só que não estamos olhando qual a constitucionalidade e as diretrizes que foram dadas para  
1290 este concurso. ROBERTA - Quero completar aqui, acho que o que a Andréa está colocando é que,  
1291 acho que estamos tratando essa denúncia de forma equivocada, nós estamos partindo do principio  
1292 que ela é verídica, seja quem for que denunciou, qual é o procedimento nosso aqui, denúncia se  
1293 busca a veracidade para depois sim, nós dizermos se é real e fazermos para o ministério público a  
1294 quem quer que seja, mas até agora ninguém procurou a saber de apurar. JUANITA - Você propõe  
1295 algum outro encaminhamento? Eu sei! Podemos ser assim conselheiro Marcelo? MARCELO - Se

1296 os demais membros da comissão de normas estiverem de acordo. O encaminhamento será ao  
1297 conselho municipal para que tome conhecimento e informe. (Falas ao fundo) ANDRÉA - eu entendo  
1298 que o CEAS, deve apurar a validade deste concurso, qual é a validade para ele está chamando  
1299 estes candidatos, aí sim depois que apurar encaminhar para o conselho este ofício. MARCELO -  
1300 Eu estou entendendo a reflexão que você traz, mas eu penso que indiferentemente se a comissão  
1301 vai olhar ou não, eu penso que o conselho municipal é que tenha que tratar dessa discussão.  
1302 Nesse primeiro momento, mesmo que nós. Então eu quero fazer uma outra reflexão encima disso.  
1303 É de dois anos, o que se discute aqui, mesmo que seja de dois anos e que possa ser prorrogado,  
1304 tem um problema pra tercerizado em cima disso aí. E havendo um contrato tercerizado tá privando  
1305 um concurso público. Então é... a reflexão é mais profundo nisso. ROBERTA - O gente é assim, o  
1306 que na discussão polemiza e extrapola o que está ali. O grande problema nosso é, vamos nos ater  
1307 ao que o sindicato denunciou. Se ele disse, tem um concurso e não está sendo chamado e tá  
1308 trabalhando com isso, ele tá pouco importando Marcelo se eu estiver equivocada que esse serviço  
1309 para a população está sendo entre a A ou B ou tercerizado, não é a pauta do sindicato. O sindicato  
1310 está querendo que o trabalhar esteja ali, veja bem. O que Andréa esta dizendo é isso. Se nós  
1311 olhamos o edital do concurso e ele disser que foi de dois anos e será chamado ai temos que  
1312 responder para o sindicato, posto isto, ao ler o edital "tal tal tal" nos pareceu que dentro do  
1313 processo legal, não é técnico não é legal não é isso que temos que olhar, a Prefeitura tá no  
1314 processo legal, porque ela tem um ano dois anos para contratação. Nós vimos que, e ai sim depois  
1315 encaminhar para o conselho municipal, porque fazer isso sem olhar a questão do edital nós  
1316 também podemos fazer com o conselho e eles disserem veja o edital que está tudo correto.  
1317 JUANITA - Olha só mais legalmente os advogados me corrijam se eu estiver enganada, se o  
1318 município tem um TAC e ele tem um prazo para colocar funcionários concursados, foi feito um  
1319 acordo com o ministério público e por meio deste acordo foi feito um concurso público que tem uma  
1320 validade, isso tá correto? Foram aprovados esses aprovados estes concursados, neste período do  
1321 concurso ele não pode chamar outra pessoa que não o concursado e chamar o tercerizado se teve  
1322 pessoas aprovadas em concurso. Se ele está no TAC ai, pois é por isso que nós estamos falando,  
1323 temos que enviar o ofício para o conselho e pronto, é esse o encaminhamento. Marcelo é consenso  
1324 que nós temos que enviar o ofício ao conselho municipal informando da denúncia e que o conselho  
1325 tem conhecimento da denúncia e que ele tem que nós responder com relação a isso. Não é isso o  
1326 consenso? CRISTIANE - Só para fazer um esclarecimento a denúncia do sindibel é outra coisa, ela  
1327 tá falando que a Prefeitura continua contratando trabalhadores tercerizados pela AMAS, ela não tá  
1328 falando nada do concurso, mas depois ela diz que ela continua contratando trabalhos  
1329 tercerizados pela AMAS. GERALDO - Pessoal eu que eu penso é o seguinte, nós estamos  
1330 entrando nessa área, que não é uma área que não demos entrar. Primeiro é o seguinte é uma  
1331 questão que envolve a gestão municipal, ok, fizeram a denúncia, mas precisamos encaminhar para  
1332 o conselho municipal. Ele tem mais propriedade e é inerente ao controle social do município e não

1333 do Estado. Começa por aí, (pouco compreensão) por outro lado se acontece lá, então vamos  
1334 perguntar ao governo federal quantas centenas de milhares de comissão que estão lá dentro.  
1335 Comissionado, que estão lá são 187 mil, (inaudível a fala 25:58). JUANITA - Os demais membros  
1336 da comissão de normas apoio este encaminhamento ou querem manter outro. Então nós vamos ter  
1337 dois encaminhamentos, um para o conselho ou um para o gestor. Nós vamos ficar com o do  
1338 conselho. De acordo, mais alguém em votação. Aprovado Marcelo. Bom, encerramos a comissão  
1339 de normas, a comissão de apoio tem alguma pauta para deliberar? Tem! Ok! (Falas ao fundo) M<sup>a</sup>  
1340 DE LOURDES - primeiro ponto para a deliberação, é um e-mail denúncia do município de  
1341 Caranaíba, que um CRAS está aberto e não oferta serviço à população, o contrato trabalhista com  
1342 os servidores foi interrompido sem esclarecimento da situação funcional, o gestor ainda não foi  
1343 indicado e o CMAS sem funcionamento. O encaminhamento que nós demos foi que nós temos que  
1344 enviar cópia da denúncia para a SEDESE, solicitando a intervenção junto ao Prefeito Municipal e  
1345 ressaltar ao gestor a responsabilidade do poder público em garantir as condições de funcionamento  
1346 do CMAS, e da continuidade da oferta de serviços dos CRAS e ainda que o CEAS, encaminhe aos  
1347 municípios as orientações recebidas do CNAS, sobre o funcionamento de conselhos e conselheiros  
1348 de assistência social. JUANITA - em discussão senhores. Na verdade temos uma denúncia de e-  
1349 mail que é anônima. Então o encaminhamento é comunicar à SEDESE a denúncia recebida e que  
1350 a mesma tome as providências. Algum encaminhamento contrário, senhores? Pela SEDESE,  
1351 anônima. ANÁLIA - Não é contrário, é que isso aqui tá virando receita de bolo, é que em toda  
1352 reunião tá havendo uma denúncia deste tipo. É realmente o procedimento, acho que teremos que  
1353 ter uma norma já. Temos que normatizar este procedimento. Chegou, são mais de 800 municípios  
1354 nós vamos continuar recebendo, então chega uma hora que nem precisa passar pela plenária,  
1355 porque é de praxe, vocês concordam, queria que fosse mais ágil, inclusive não sei como ficou a  
1356 situação do município de Cristais. Eu acho que nós não temos retorno de como está ficando isso,  
1357 foi encaminhado e aí? Conseguiu conversar com o Prefeito, conseguiu reabrir o serviço. JUANITA -  
1358 Bom! Na verdade até onde eu sei este CEAS, tem uma resolução que regulamenta a denúncia, aí  
1359 teremos que alterar a resolução, porque ela vai para a mesa diretora e encaminha para a comissão  
1360 e que a comissão encaminha para a plenária o encaminhamento, se formos mudar, não é isso  
1361 Consolação? Mais essa plenária tem que decidir sobre o encaminhamento da comissão. Eu estou  
1362 compreendendo nós alteramos, você esta trazendo uma outra situação também é que o CEAS,  
1363 faça o monitoramento da denúncia e traga presente para este conselho, porque ela tá colocando a  
1364 situação de outros municípios como Cristais, até pra nós ficarmos mais seguros com o que está  
1365 acontecendo com o encaminhamento que está sendo feito. Senão chega aqui nós encaminhamos  
1366 e pronto, não há retorno do que aconteceu, não é isso Anália? Com relação ao encaminhamento  
1367 da conselheira, da comissão de apoio, mante-se assim mesmo, encaminhar para SEDESE, para  
1368 apuração da denúncia, está correto senhores, alguma manifestação contrária. Aprovado? Ok. E  
1369 com relação à outra questão da Anália está colocando é para que haja excessão nos casos de

1370 denúncia do SUAS, para que haja brevidade na apuração da denuncia, pois isso não vem para a  
1371 plenária, a própria mesa diretora faça os encaminhamentos, ai eu abro para discussão, ou se já  
1372 podemos fazer a votação? Posição contrária? Aprovado? Aprovado Anália! Agora, conselheira, por  
1373 favor. M<sup>a</sup> DE LOURDES - Ofício 01/13 da URCMAS de Belo Horizonte, solicitando ao CEAS que  
1374 encaminhe publicações no jornal de Minas Gerais. O regimento interno da URCMAS aprovado em  
1375 novembro de 2012. Nosso encaminhamento é responder este ofício colocando o Conselho  
1376 Estadual á disposição para apoio e assessoramento, bem como divulgação de calendário de  
1377 reunião através de e-mail para os 34 municípios da região metropolitana de BH. Quanto à  
1378 publicação do regimento interno no jornal Minas Gerais, a comissão de apoio entende que é  
1379 desnecessário uma vez que o município tem o seu jornal próprio. JUANITA - Não vou nem abrir  
1380 para discussão que isso tá claro, enfim! Voto contrário? Acredito que não tenha. Aprovado! É  
1381 porque é uma situação tão óbvia e desnecessária, e eu penso inclusive que quando tiver essa  
1382 situação que a própria mesa diretora faça esse encaminhamento, que não tem necessidade ir para  
1383 a comissão, porque é óbvio. Terminou comissão de apoio? M<sup>a</sup> DE LOURDES - Já, né, porque com  
1384 relação a essa eleição do representante pelo Candonga tudo já foi solicitado, e os outros  
1385 encaminhamentos que nós tínhamos pela manhã já foram todos resolvidos. JUANITA - OK!  
1386 Esclarecimento para a Rosilene, por favor! ROBERTA - Eu só queria clariar ali, que eu acho que  
1387 também, na mesma linha que algumas coisas, até porque a comissão fez um encaminhamento, eu  
1388 sei que tem que ser clareado para aquela pessoa que fez o encaminhamento. O CEAS, não pode  
1389 mandar nada por Minas Gerais, nessa linha ai. Eu acho que essas coisas, esse encaminhamento  
1390 foi nessa linha, tem que clarear do ponto de vista da informação, porque o cara mandou um pedido  
1391 completamente desinformado, então é dizer que isso não pode ser feito e não precisa trazer para a  
1392 plenária, vai para a mesa diretora e faça os encaminhamentos normais, nós precisamos ocupar as  
1393 comissões, mas vocês podem criticar, e dizer ela nem participa. Isso é verdade, agora sim, nós  
1394 precisamos preocupar com pauta mais contundentes, pautas que são meramente administrativas e  
1395 burocráticas elas estão indo para as comissões, entendeu. JUANITA - OK Roberta! Comissão de  
1396 Apoio terminou e agora nós vamos passar para a comissão de orçamento e financiamento.  
1397 CRISTIANE - A comissão de orçamento a questão pela deliberação, houve outras discussões e  
1398 como já definimos aqui o que vem pra cá é para verboracao, ai houve um, diante de uma discussão  
1399 relacionada pela necessidade de se fazerem diligências a municípios de conselheiros, para verificar  
1400 situação de denúncia e outras questões, nós gostaríamos de sugerir á comissão de normas, que  
1401 pudesse criar uma normatização relativo ao controle social, no sentido de otimizar recursos e  
1402 pessoais, inclusive visitas nos equipamentos públicos e orientação de pessoal dos conselhos  
1403 municipais. É solicitar à comissão de normas que ela crie uma regulação relacionada à diligencia,  
1404 pois cada conselheiro acaba adotando um procedimento ao fazer essas visitas, então nós  
1405 gostaríamos de sugerir isso à comissão. JUANITA - Conselheira Roberta e Conselheira Anália.  
1406 ROBERTA - Eu peço no meu papel de polemizar, vocês podem “xingar”, porque, por exemplo,

1407 comissão de orçamento. Vocês desconhecem o QDD do orçamento da assistência que foi  
1408 publicado. É então assim, por exemplo, comissão de orçamento, janeiro, final de janeiro publica o  
1409 orçamento, então a comissão teria que ter conhecimento da política de orçamento da assistência  
1410 social. O que foi aprovado, o que não foi publicado e é o que vai balizar nossa vida e presupo  
1411 inclusive foi o que balizou o orçamento do planejamento do orçamento do CEAS, quer dizer a  
1412 comissão tem que ter conhecimento o orçamento que foi publicado, a outra questão é identificar no  
1413 orçamento do Estado a publicação do orçamento do FEM, porque é base o pilar de tudo que está  
1414 sendo discutido aqui que é a questão do FEM e a questão do orçamento, então assim se não  
1415 conheceu eu gostaria de fazer este encaminhamento de que se não conheceu na próxima plenária  
1416 tivesse e se debruçasse em toda a discussão que nos é pertinente. CRISTIANE - Só para  
1417 responder a Roberta, ontem a nova, a Clodoália, é a nova faz parte da comissão, ela trouxe a  
1418 informação do QDD e nós já marcamos para a próxima reunião da comissão para fazermos esta  
1419 análise. JUANITA - Conselheira Anália. ANÁLIA – é... todas as comissões são muito importantes,  
1420 mas essa de orçamento e financiamento é assim o pulmão de tudo. Se não tivermos nos não  
1421 vamos sobreviver, se não tiver financiamento, então Juanita, inclusive na posição de congeneses  
1422 né. Já quero começar nessa primeira reunião a ver qual é a posição do Estado, com relação ao  
1423 repasse do piso, e no ano passado nos tivemos o desconforto de ter que fazer uma monção de  
1424 repúdio ao Estado e nós começamos a receber em junho, então quando a subsecretaria disse  
1425 assim eu fique desconfortável com essa monção, eu queria entrar debaixo da mesa, lógico que não  
1426 gostaria de mandar um documento deses, então o que está acontecendo. Os municípios  
1427 chegando, nós queremos ver as contas, não queremos trabalhar com expectativas de recursos,  
1428 nós queremos ver dinheiro, tem dinheiro, tem funcionário, não tem dinheiro não tem. Não tem  
1429 serviço, é assim gente. JUANITA - Bom pessoal com relação à posição da Anália, eu não conheço  
1430 a monção que foi feita, na verdade Anália, o que estava pendente do pagamento do piso, foi feita  
1431 agora no início do ano, logo quando o orçamento abriu, foi uma das nossas primeiras  
1432 preocupações, de solicitar o pagamento de todas as parcelas em atraso e realmente estavam como  
1433 estou chegando agora, eu fiquei apar dessas dificuldades que aconteceram e foi uma das questões  
1434 que aconteceu para haver a mudança de novo, pois sabemos que se o dinheiro não está no  
1435 município, às coisas realmente não acontecem. Nós estamos fazendo intervenções para que este  
1436 ano não ocorra inclusive o próprio Estado abrindo conta do município, conta massificada, o  
1437 demonstrativo será liberado na segunda feira, o plano de serviço será liberado agora na segunda  
1438 feira para resolver esta situação, porque no ano passado foi liberado em junho, julho, junto com o  
1439 plano de serviço, então o que eu posso falar aqui para este conselho que do meu compromisso na  
1440 pasta da assistência como presidente do CEAS, é trabalhar para que isso não ocorra mais, é o  
1441 compromisso que eu posso fazer para vocês, respondido? ROBERTA - Eu pediria Juanita, que  
1442 você remetesse para este conselho, as informações do plano de serviço que será aberto na  
1443 segunda feira e mandasse por escrito, porque os próprios conselheiros são ferramentas para poder

1444 divulgar isso. Isso já foi enviado Roberta! Um boletim já foi enviado por e-mail para os municípios,  
1445 para os conselhos municipais, e o boletim dá toda a informação à data que vai o plano de serviço,  
1446 a orientação para os prefeitos procurar os projetos para atuar. Sim! Tô dizendo do ponto de vista da  
1447 gestão, da gestão vocês mandaram. Para o conselho também? Ai foi enviado um encaminhamento  
1448 para. Então vou insistir, essas informações, serem encaminhadas ao conselho e daí essas  
1449 informações serem enviadas de forma maciça. A Juanita traz duas informações importantes. Na  
1450 aflição que a Anália trouxe. Primeiro a questão do não pagamento, nós estamos fazendo essa  
1451 discussão na hora do almoço. Você chegou a menos de um mês, e conseguiu promover o  
1452 pagamento, então isso é importante, que este conselho saiba que este conselho possa ajudar a  
1453 divulgar macicamente, segundo plano de serviço aberto segunda feira, isso tem que ser pauta de  
1454 informação de todos nós conselheiros, para nós podermos ajudar na informação, seja informação  
1455 de URCMAS, seja informação do próprio conselho municipal, se vai sair uma mala direta daqui  
1456 também reforçando para os conselhos municipais, oh plano de serviço aberto. O conselho não vai  
1457 ter que manifestar no plano? JUANITA - Eu conselheira Juanita, recebi do conselho a transmissão  
1458 do boletim que a SEDESE enviou. Eu não tô falando de boletim, presta atenção. É preciso que o  
1459 CEAS traga a informação para o controle social e para mais quem de direito para ajudar nesse  
1460 processo, porque essa informação so foi colocada agora como informação da provocação da  
1461 Anália, porque se não nós iríamos terminar essa plenária sem essas duas informações  
1462 importantes, que poderiam está ou na comissão de política ou na comissão de orçamento. Que são  
1463 temas que poderiam ter vindo de lá com encaminhamento, com uma estruturação do ponto de vista  
1464 do conselho estadual que é importante. JUANITA - Conselheira Cristiane, mais alguma coisa? Não!  
1465 Bom nós temos aqui na pauta mais dois pontos que é a distribuição do processo de usina isso vai  
1466 ser retirado de pauta, porque faltou uma complementação por parte do empreendedor para darmos  
1467 as diretrizes, e também nós teríamos a relatoria do processo de usina CGH Pedro Teixeira pelo  
1468 conselheiro Fernando e ele, também não veio na reunião e não terminou a análise da CGH, é isso  
1469 Consolação? É isso? Está, ele é conselheiro. Fernando da Seplag, (falas ao fundo) ele não  
1470 terminou a relatoria. Na verdade ontem ele mandou um e-mail falando da dificuldade lá, na  
1471 Secretaria dele para o trabalho, que hoje viria a suplente, porém ele não terminou a análise e não  
1472 encaminhou para você não é isso? Bom! Abre vista para Roberta? Ok! Tudo bem! (falas ao fundo).  
1473 Roberta abriu vista ao processo, processo será encaminhado para análise, CGH Pedro Teixeira,  
1474 para análise da conselheira Roberta. (falas ao fundo, risos) Andréa Mendrado, desculpa. Bom  
1475 senhores, como nossa pauta terminou, eu agradeço a presença de todos, nós terminamos muito  
1476 cedo. Mas o nosso conselheiro Geraldo está convidando para mais um lanche, para terminar o dia  
1477 de hoje, Volney está pedindo a palavra. VOLNEY - Com relação à comissão de política, nós nos  
1478 reunimos e decidimos que vai permanecer meu nome como indicado. JUANITA – Conselheiro  
1479 Geraldo. GERALDO - Pessoal não poderia deixar de, quando reunimos as pessoas, eu não poderia  
1480 deixar de dizer quem trabalhou muito nessa maneira de encerrar a gestão aqui, a nossa querida

1481 jornalista Cesarina. Então deixa registrado aqui, por favor. Parabéns para ela. Então tem um lanche  
1482 ali para a equipe. (Falas ao fundo) JUANITA - Na próxima reunião. Espera aí senhores,  
1483 considerando que a nossa reunião terminou, e a presidenta fora de prática e fora deste conselho.  
1484 Nós temos que fazer a escolha de nós nas comissões, então nominalmente aqui nós vamos ter que  
1485 falar no microfone, para cada comissão que nós vamos, priorizando a nossa diversificação para  
1486 podermos participar de todas as comissões, ok? GERALDO - Geraldo, comissão de apoio. (falas  
1487 ao fundo) ROBERTA - nós temos, aquele telão. JUANITA – Não. Aquele telão não escreve não.  
1488 Andréa você vai puxar ai para colaborar? Só um minuto conselheiros, por favor. São quatro  
1489 comissões, política, apoio ao conselho, orçamento e normas. A comissão de orçamento, nós temos  
1490 que inclusive que escolher já o coordenador. Os nomes? Quem tem interesse de política, por favor,  
1491 Fátima, Volney, Júlio, mais alguém tem interesse, desejo de ir para a comissão de política,  
1492 Roberta. Parabéns Roberta. Comissão de apoio, (falas ao fundo), Sr. Hélio, Luzia, Geraldo,  
1493 Henedida, logo eu guardo o nome de todos. Mais alguém? Edir, Maria de Lourdes, tá ótimo, você é  
1494 muito importante para nessa comissão. Então, nós vamos fazer o desejo de todos e depois  
1495 reestruturamos. Maria de Lourdes, Roberta está anotando. Comissão de orçamento, por favor.  
1496 Andréa, Fernando, Cristiane, George. Já falei Fernando. George de Lagoa Santa, João Ademar.  
1497 Comissão de Normas, Marcelo, Márcio, Guilhermina, Ana Paula, Marcos, OK! Encerramos  
1498 senhores? Anália apoio. Isso. Colocar ela ai, por favor. Gilvânia, nós vamos colocar ela na política.  
1499 Eu não tenho condições de participar de comissão dessa vez não. A Tanit? Podemos colocar a  
1500 Gilvânia em apoio Roberta. Ela tá no apoio. Nós prevíamos de fazer uma mudança ai. Fala os  
1501 nomes. ROBERTA – Política: Roberta, Volney, Dolores, Fátima, Gilvânia, Tanit, e Júlio. Apoio: Edir,  
1502 Hélio, Luzia, Geraldo, Henedina, Maria de Lourdes e Anália e a Gilvânia aqui. Orçamento: Andréa,  
1503 Cristiane, Fernando, João Ademar e George. Mas não pode não, todo mundo vai ter que entrar.  
1504 Nós estamos agarrados nesse negócio ai. Não, nós vamos ajetando ai. Normas: Marcelo, Márcio,  
1505 Rosilene, Mauro, Ana Paula, Guilhermina e Marcos. JUANITA - Bom, com relação às  
1506 coordenações é, a sociedade civil vai ficar com a coordenação de conselheiro Geraldo como  
1507 coordenador de Apoio, e o Márcio coordenador de Normas. O Estado está com orçamento e  
1508 política, Roberta coordena Política. Andréa coordena orçamento ou o Fernando? Então estão  
1509 tirados os coordenadores e os participantes das comissões, muito obrigada e agora para o lanche,  
1510 por favor. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada  
1511 será assinada pelos presentes.